



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POPULAÇÃO SOCIEDADE E TERRITÓRIO:
TEORIA E PRÁTICA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR

SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS:
UM FOCO NO TURISMO

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI

ORIENTADOR: CÉSAR AJARA

RIO DE JANEIRO

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ao **povo brasileiro**, na esperança de um futuro
mais próspero, digno e igualitário.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	1
2. Introdução.....	3
3. A modelagem do espaço geográfico	
3.1. Os agentes sociais.....	11
3.2. A segregação sócio-espacial.....	19
3.3. As ferramentas para a gestão do território.....	35
4. A dinâmica do território no município de Angra dos Reis	
4.1. As estratégias de ocupação do espaço.....	44
4.2. A (re) apropriação do espaço pelo turismo.....	62
4.3. As territorialidades do turismo.....	67
5. Considerações finais.....	83
Referências Bibliográficas.....	86

Segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis: Um foco no turismo.

Saber pensar o espaço, para saber nele se organizar, para saber nele combater... afinal, nem toda região montanhosa arborizada é Sierra Maestra.

Yves Lacoste

1. Apresentação

A construção do objeto de pesquisa e das estratégias de abordá-lo analiticamente partem de uma experiência específica e bastante rica na história de minha formação intelectual e profissional. Na graduação do curso de Geografia da UFRJ, comecei a me interessar intensamente pela questão urbana, a partir da disciplina “Geografia Urbana”, ministrada no quinto período pelo professor Maurício Abreu. No sexto período, me deparei com dois excepcionais professores, Roberto Lobato Corrêa e Marcelo Lopes de Souza, os quais me despertaram ainda mais para o assunto. Partindo deste interesse, busquei estágio de iniciação científica no *Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal* do IPPUR/UFRJ (*Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional*), onde atuei durante um ano e meio sob orientação do professor Luiz César de Queiroz Ribeiro.

Durante a experiência do estágio, procurei acompanhar mais atentamente os problemas advindos do processo de urbanização, visualizados principalmente, nas precárias condições de infra-estrutura, nas desigualdades sócio-espaciais e na pobreza de expressivos

contingentes populacionais que habitam os centros urbanos brasileiros. Estes aspectos motivaram-me intelectualmente a realizar um estudo mais apurado.

Busquei aprimorar meus conhecimentos em um curso de mestrado interdisciplinar, que, ao meu ver, possibilitaria entender a dinâmica urbana e regional de maneira bastante rica e abrangente. Hoje posso afirmar que o curso em “Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais” da ENCE/IBGE, contribuiu, em muito, no meu entendimento de questões relacionadas à população, à sociedade, ao território e à economia. Desta forma passei a abordar e analisar certos fenômenos espaciais de maneira interdisciplinar, com o objetivo de compreendê-los em sua totalidade.

Tendo em vista a abordagem do espaço como produto, condição e meio de reprodução social, pretendo analisar o urbano e o regional através da compreensão da totalidade social espacializada, que, segundo Santos (1985), perpassa a relação dialética existente entre estrutura, processo, forma e função. Desta forma, é plausível compreender que o plano de pesquisa desenvolvido caminha no sentido de transpor, de algum modo, muitos dos tópicos citados.

E para a definição mais exata do objeto de pesquisa, cabe ressaltar a minha experiência vivida no Rio de Janeiro, estado em que nasci e estudei ao longo dos últimos 7 anos e pude realizar trabalhos de campo, que foram indispensáveis para a explicitação das preocupações aqui trazidas e me possibilitaram ser um observador privilegiado, pelos anos de estudo e pelo cuidadoso acompanhamento de diversos fenômenos de ordem social, política, territorial e econômica. Além de ter vivido também em São Paulo e por isso ter acumulado impressões e olhares que me levaram a duas dimensões formatadas de contribuições, as quais julguei serem relevantes para a compreensão de que o tema proposto é algo que move meus interesses e a ele dedico alguma reflexão anterior.

2. Introdução

É assentado nessa experiência que surge como objeto de estudo o município de Angra dos Reis. A região será analisada através das particularidades da segregação sócio-espacial bastante singular, devido às condições físicas e sócio-econômicas, que são resultado do processo histórico e de estruturação de seu território, buscando assim, entender o resultado desse fenômeno no desenvolvimento urbano e regional. Chama a atenção, o fato de o município de Angra dos Reis, reconhecido internacionalmente por suas paradisíacas praias e ilhas, apresentar tamanha pobreza expressa em sua paisagem e visualizada em seu índice de desenvolvimento humano de 0,772¹ ficando em 36º lugar no estado e 1268º no país.

Esta região sofre um drama crescente em sua conjuntura social e econômica. São apresentados diversos problemas de ordem espacial, em que a maioria dos cidadãos são excluídos da “cidade dos consumidores”, sendo cada vez mais submetidos à “espoliação urbana²”, vivendo em condições sub-humanas nas periferias e encostas que crescem desordenadamente e expressam a problemática urbana no município. Por outro lado, existe uma minoria que se apropria da “cidade dos consumidores”, usando e abusando da especulação fundiária e imobiliária como fonte adicional dos próprios lucros. Mais do que nunca é necessário que se busque formas de atingir melhores índices de desenvolvimento sócio-espacial, através da melhoria da qualidade de vida e do aumento da justiça social sem negligenciar o espaço³.

O espaço urbano é fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas, portanto, é um produto social resultado de ações acumuladas

¹ DÁVILA & COSSO, 2004.

² Sobre isso ver KOWARICK, 1979.

³ Sobre isso ver SOUZA, 2002.

através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre o espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem. (Corrêa, 2000, p.11)

A partir dessas pontuações, percebemos que a segregação sócio-espacial vem se reproduzindo principalmente por agentes sociais diretamente ligados ao capital imobiliário, e se destaca como um processo que vem se delineando e se intensificando especialmente nos centros urbanos.

Vale ressaltar que o município de Angra dos Reis foi escolhido como recorte espacial em razão de sua dinâmica política e econômica de adequação dos grandes projetos nacionais ao âmbito local. Pretendeu-se com isso, contribuir para se identificar no planejamento de Angra dos Reis, diante de seus grandes empreendimentos, “o êxito e o fracasso, a generosidade e a perversidade”⁴ que vem “acumulando e desperdiçando oportunidades, construindo e destruindo coisas, lutando por determinadas coisas e desprezando outras”⁵.

Abordando o tema, Machado, em seu trabalho sobre Angra, destaca a dinâmica populacional como fator preponderante para o entendimento do que Angra é atualmente:

As sucessivas gerações dos habitantes de Angra, cada uma a seu momento e a seu modo, lutaram por superar condições freqüentemente adversas à sua permanência no lugar, criando uma trama de relações geográficas bastante complexas. Se a visão microscópica - que nos permite entrever os detalhes da organização local através dos tempos - é essencial para captar a complexidade da vida social e territorial, essa organização só pode ser entendida quando complementada por uma visão

⁴ MACHADO, L. O. Angra dos Reis: Porque olhar para o passado, In: Diagnóstico sócio-ambiental do município de Angra dos Reis, convênio Furnas-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

⁵ *ibidem*

macroscópica, isto é, pelo estudo das relações do lugar com o espaço geográfico bem mais amplo onde está inserido e que, no caso de Angra, é potencializado por sua função portuária. (MACHADO, 1995, p.1)

É interessante relatar que da década de 50 em diante, o município de Angra dos Reis foi escolhido para sediar uma série de investimentos estatais de grande porte:

Uma das lendas correntes sobre a evolução recente de Angra dos Reis é a de que a explosão populacional do município coincidiu com os governos militares. Na verdade, a população residente praticamente dobrou entre 1950 e 1970, portanto, antes da transformação do município em área de Segurança Nacional em 1969. Da mesma maneira, a urbanização, que compreendia pouco mais de um terço da população total em 1950, chega à quase 50% em 1970. Isso significa que um processo de mudança estava em curso, os eventos da década de 1970 sendo responsáveis somente por sua ampliação. (MACHADO, 1995, p.9)

As transformações puderam ser observadas, não só nos empreendimentos, mas em toda organização sócio-espacial de Angra dos Reis. O estaleiro Verolme surgiu como marco dessas grandes transformações sendo o primeiro grande empreendimento instalado no local, em 1959. A partir da década de 70, iniciou-se a construção do Terminal Petrolífero da Ilha Grande (TEBIG), da Usina Nuclear Angra 1 e da BR-101, atividades acompanhadas por um intenso processo de expansão urbana.

Pode-se considerar que a construção da BR-101, iniciada em 1972 ligando São Paulo e Rio de Janeiro pelo litoral, foi o principal ponto de partida para o crescimento urbano. Concluída em 1974, estimulou o desenvolvimento do turismo, principal atividade econômica do município. Todavia, o marco da expansão da atividade turística foi na década de 80, a partir da facilidade de acesso e da valorização de ambientes preservados pela população metropolitana.

Vale destacar o papel da EMBRATUR, que teve, no planejamento e gestão do projeto turístico de Angra dos Reis, como objetivo fazer de Angra um pólo turístico de classe AA⁶, atingindo a população de alta renda das metrópoles carioca e paulistana, bem como o turismo internacional. Porém, o projeto assumiu plenamente seu caráter industrial a partir da diversificação de empreendimentos, dos "pacotes turísticos", e de sua articulação com outros serviços urbanos. O turismo se transformou então em uma atividade contraditória, pois a partir da necessidade de grandes glebas de terra para construção destes empreendimentos hoteleiros, surgiram constantes embates pela posse de territórios, resultando na expansão do processo de segregação sócio-espacial do município.

A indústria turística significou a construção de hotéis, condomínios, marinas e loteamentos, modificando não só a paisagem costeira, como se tornou num dos principais responsáveis pela alteração do ambiente natural da região, exemplificados pelos aterros na baía da Ilha Grande, a destruição de manguezais e, principalmente, a valorização especulativa dos terrenos, uma das características de qualquer atividade vinculada ao capital imobiliário. (MACHADO, 1995, p.9)

Desta forma, pode-se afirmar que os projetos e os grandes empreendimentos instalados em Angra dos Reis ocasionaram momentos de ascendência econômica, atração populacional, reorganização espacial e muitos outros fenômenos sociais, os quais, por muitas vezes, ocorreram concomitantes a problemas de cunho ambiental, de infra-estrutura e de planejamento urbano e regional.

No entanto, existem diferentes agentes sociais, principalmente ligados ao capital imobiliário e turístico, que atuam na dinâmica espacial e acabam por (re) produzir e ampliar a desigualdade sócio-espacial nas diferentes escalas.

⁶ Categoria turística voltado à população de alto estrato social.

Pretende-se analisar de que maneira o turismo, que segundo dados da Fundação CIDE-RJ⁷ se destaca como a principal atividade econômica local, tem um papel importante na configuração territorial de Angra dos Reis.

O município de Angra dos Reis apresenta uma intensa dinâmica espacial gerada e reproduzida, principalmente, por agentes que buscam condições para ascensão de seu poder e capital. Este processo exige constantes reorganizações espaciais e mantém o espaço urbano simultaneamente fragmentado e articulado, sendo reflexo e condicionante social, ainda que transfigurado de formas e funções.

Existem diversos ideais e interesses que vigoram nos diferentes agentes sociais urbanos. Segundo os princípios básicos que norteiam o ideário de Reforma Urbana são considerados extremamente importantes, cuja emenda, elaborada pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana, se resume em quatro princípios (Cardoso, A. et al, 1997, p.89): “à obrigação do Estado em assegurar os direitos urbanos a todos os cidadãos, à submissão da propriedade à sua função social, ao direito à cidade e à gestão democrática da cidade.”

É possível considerar que o instrumento legal de grande conquista dos munícipes é o Estatuto da Cidade (Lei Federal número 10.257/2001), o qual cobra dos municípios a implementação de políticas urbanas consistentes, através da regulamentação dos artigos 182 e 183, do capítulo de política urbana da Constituição Federal.

O município de Angra dos Reis apresentou ao longo dos últimos cinquenta anos um modelo bastante particular e ao mesmo tempo heterogêneo de gestão e planejamento territorial, que culminou na atual estrutura sócio-espacial, caracterizada por índices crescentes de desemprego, pobreza e favelização, destacando-se, por outro lado, como refúgio da elite nacional em busca de turismo.

⁷ Vide anuário estatístico da Fundação CIDE 2003.

É importante verificar os interesses dos diferentes agentes sociais urbanos no município, para a partir de então, formular políticas urbanas, que busquem solucionar os problemas relacionados à falta de planejamento e a gestão urbana, criando soluções democráticas e consistentes, recuperando sua dimensão política, valorizando o espaço e superando sua lógica “gerencial” ou sua racionalidade empresarial (Souza, 2002). Para que isso se concretize, é necessário ter em mente o atual quadro de segregação sócio-espacial em Angra dos Reis, no intuito de se compreender melhor a dinâmica espacial local.

Devemos observar que o modelo de segregação sócio-espacial de Angra dos Reis é bastante específico, contrapondo-se aos modelos até então criados para tratar do fenômeno relacionado, como por exemplo, o proposto pela Escola de Chicago, que ao abordar a segregação sócio-espacial dentro do estudo da Ecologia Humana, apresenta modelos que enfocam a questão de forma extremamente objetiva e genérica.

É importante, nesse momento destacar a definição do conceito de segregação sócio-espacial elaborada por Corrêa. O autor a considera como “expressão espacial das classes sociais” o que seria a resultante do “diferencial de capacidade que cada grupo tem de pagar pela residência que ocupa” (2000, p.62).

Considerando outros fatores, como características físicas e econômicas do município, podemos, a partir da definição de Corrêa, dizer que Angra dos Reis apresenta um modelo bastante específico de segregação sócio-espacial influenciado pela ação dos diferentes agentes sociais, responsáveis pela organização territorial e pelo sítio bastante particularizado.

Ao analisarmos as características físicas do município de Angra dos Reis, percebemos que existem discontinuidades urbanas em função de um sítio extremamente peculiar, que gera especificidades na organização territorial.

Podemos dizer que o objetivo geral do trabalho consiste em *analisar o processo de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis focalizando, particularmente, as contradições e os conflitos advindos do incremento da atividade turística.*

Para compreender melhor como se delineou o processo de segregação sócio-espacial em Angra dos Reis e quais são suas especificidades, os objetivos específicos desta pesquisa se desdobram nas seguintes questões: Quais foram, e quais são os agentes sociais e econômicos, que respondem mais diretamente pela segregação sócio-espacial em Angra dos Reis sob a ótica da atividade turística? Até que ponto o sítio urbano influenciou no processo de ocupação e no atual quadro de segregação sócio-espacial local? A atividade turística é realmente um fator preponderante na atual configuração espacial de Angra dos Reis?

Há, no entanto, uma preocupação em relacionar a forma com que a atividade turística e as características físicas, mais especificamente geomorfológicas, influenciaram o delineamento do atual quadro de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis.

A preocupação em analisar as formas pelas quais tal relacionamento se expressa na dinâmica sócio-espacial do referido município, conduziu à estruturação do presente trabalho.

Na primeira etapa efetuou-se um levantamento bibliográfico, no intuito de se obter um embasamento teórico capaz de apoiar a análise dos processos estudados e de seus rebatimentos no espaço local. Conceitos como agentes sociais e segregação sócio-espacial, foram discutidos no sentido de permitir um maior entendimento do tema em questão. Ainda nesse capítulo, irá se discutir a respeito das ferramentas para a gestão do território e serão analisados os conceitos de planejamento territorial e desenvolvimento sócio-espacial, os

quais contribuem, ao melhor entendimento dos processos relacionados à organização territorial de Angra dos Reis.

Na segunda etapa procurou-se fazer uma análise sobre a dinâmica territorial em Angra dos Reis, buscando assim, discutir e analisar os processos de (re) estruturação territorial, de (re) apropriação do espaço pela atividade turística e de emergência de novas territorialidades.

No intuito de se refletir e analisar melhor a complexidade e a particularidade da segregação sócio-espacial em Angra dos Reis, e sua relação com a atividade turística local, buscou-se criar um mapa síntese da configuração territorial observada nesse município em função da atividade turística.

Por fim, será discutida a relação existente entre a atividade turística e o atual quadro de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis, procurando articular os conceitos tratados e sinalizar a emergência de novas territorialidades.

3. A modelagem do espaço geográfico

3.1. Os Agentes Sociais

O espaço urbano está em constante alteração, e ao tratarmos de Angra dos Reis, onde - segundo dados do anuário estatístico 2003 da fundação CIDE-RJ - a principal atividade econômica é o turismo, que em grande parte é comandado por agentes hoteleiros internacionais, somos levados a questionar sobre como, e quais agentes sociais atuam mais especificamente na dinâmica territorial do município. Cabe ressaltar que Angra dos Reis foi palco de diversas intervenções ao longo da história, por parte do Estado e de outros agentes não menos importantes, os quais agiram diretamente na gestão e no planejamento municipal e foram responsáveis pela atual configuração do espaço local.

Essa questão será objeto de análise mais adiante, quando buscar-se-á compreender as particularidades da segregação sócio-espacial em Angra dos Reis.

No que se refere à questão proposta neste sub-capítulo, é importante salientar que os levantamentos e as análises foram baseados em Corrêa (2000), que buscou identificar os agentes responsáveis pela modelagem do espaço urbano. Segundo o autor:

o espaço urbano é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem (CORRÊA, 2000, p.11).

Segundo Santos (1985), para se compreender a totalidade social espacializada, deve-se perpassar a relação dialética existente entre estrutura, processo, função e forma. As

bases teóricas e metodológicas servem para a discussão dos fenômenos espaciais em sua totalidade. Portanto, a compreensão da dinâmica social, tendo em vista o entendimento dos processos de mudança e permanência do uso do solo em determinadas frações do espaço urbano e regional, pode ser feita com base nesses elementos.

O caráter mutável do uso do solo na cidade capitalista decorre fundamentalmente de dois fatores: necessidades do processo de acumulação capitalista e necessidades de reprodução das classes sociais.

As necessidades do processo de acumulação capitalista e de reprodução simples e ampliada das classes sociais materializam, no território, formas espaciais de natureza econômica, jurídico-política e ideológica. Estes processos fazem com que uma paisagem seja escrita sobre outra como herança de momentos diferentes, e não sendo a ela inerme ou acabada, mas criada não só por acréscimos, mas também por substituições. Segundo Corrêa:

a dinâmica espacial da cidade, gerada pela complexidade da ação dos agentes sociais, faz com que haja um intenso e constante processo de reorganização espacial refletidos na paisagem através da: incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, da deterioração de certas áreas, renovação urbana, da relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. Deve-se, no entanto, considerar que, mesmo espacialmente reorganizada, a cidade mantém simultaneamente fragmentada e articulada, reflexo e condicionante social, ainda que as formas e as funções tenham mudado. Os agentes modeladores do espaço urbano são os grandes responsáveis pela organização social da cidade, utilizando-se de estratégias e ações concretas no processo de fazer e refazer a cidade. Cabe salientar que as ações desses agentes fazem-se dentro de um marco jurídico que regulamenta a atuação deles, geralmente refletindo o interesse de um dos agentes dominantes. (2000, p.11 e 12)

É importante, ao analisarmos o caso de Angra dos Reis, considerarmos a importância que o sítio urbano possui na atual configuração territorial local. Supõe-se nesse

estudo, que a fragmentação sócio-espacial, observada no município, é bastante vinculada a fatores ligados às características físicas e à atividade turística, que, no caso de Angra dos Reis, encontra-se diretamente articulada ao espaço urbano, o qual caracteriza-se por descontinuidades em função de ser um sítio urbano bastante particularizado.

Segundo Corrêa a renda da terra é:

um dos principais denominadores comuns entre os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, esses três agentes possuem estratégias diferentes e, muitas vezes, divergem entre si, mas suas ações servem ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação, cabendo a outro agente (Estado) minimizar os conflitos. Vale lembrar que, no estágio atual do capitalismo, os grandes capitais, industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta ou diretamente, neste caso em grandes corporações, que além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem o espaço urbano. Deve-se, também, atentar-se com as estratégias de atuações desses agentes ao longo do tempo e no espaço, as quais varia na busca da acumulação de capital. (Corrêa, 2000, p. 12 e 13)

Portanto, os agentes modeladores do espaço urbano são formados por grupos sociais, organizados em núcleos de interesse, e agentes sociais: os proprietários dos meios de produção (industriais), os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os agentes sociais excluídos. Estes formam e são responsáveis pela produção e reprodução do espaço urbano. O primeiro grupo de agentes modeladores do espaço urbano a serem discutidos são os proprietários dos meios de produção (industriais), os quais possuem e consomem grandes espaços de terra. Para esses agentes, a terra urbana tem de atingir dois princípios: o suporte físico para instalação (grandes glebas) e os requisitos

locacionais (localização e infra-estrutura que os facilitam no processo de acumulação de capital)⁸.

Para os proprietários do meio de produção, a especulação imobiliária é algo interessante, pois, como eles são possuidores de grandes glebas e muito provavelmente comandam a vida econômica e política local, conseguem lucrar através do deslocamento para outras localidades com toda infra estrutura necessária, muitas vezes promovida pelo Estado, diferente dos outros agentes, que atuam na dinâmica espacial da cidade visando à acumulação capitalista (proprietários fundiários e incorporadores imobiliários). Essa realocação industrial possibilita a extração de renda fundiária, devido à valorização do antigo terreno que deve abrigar novos usos de interesse ao capital imobiliário.

A ação desses agentes é bem visível na paisagem dos grandes centros urbanos e estão concretizadas nas zonas fabris, que não são as mesmas áreas em que as elites residem.

O segundo grupo de agentes a serem observados são os proprietários fundiários. Esses agentes, assim como os incorporadores imobiliários, possuem bastante influência no poder Legislativo e Executivo Municipal. O que importa para esse segundo grupo é o valor de troca da terra, que sempre é ampliado pela própria margem de lucro. O valor de troca da terra se dá, principalmente, pela posição intraurbana e tem como base de valoração, entre outros elementos, a acessibilidade, a infra-estrutura física, os equipamentos sociais e as amenidades encontradas no local.

Seu comportamento como agente modelador vem no sentido de atrair para a propriedade tudo aquilo que a valorize. Para isso, muitas vezes interferem através de pressões junto ao Estado, em ações de políticas estratégicas e na formulação e

⁸ Sobre isso ver Corrêa (2000).

implementação de emendas, que complementam a Legislação Municipal e modelam o espaço urbano, principalmente às referentes ao uso e ocupação do solo e ao zoneamento.

Os proprietários fundiários, também se utilizam de táticas, as quais buscam forçar o Estado a fornecer infra-estrutura às próprias terras. Uma dessas táticas é a da “antecipação espacial”. Esta permite ganhos futuros aos proprietários e geram várias conseqüências que interferem no “crescimento natural” e no desenvolvimento da cidade, como por exemplo, a urbanização em saltos⁹.

Portanto, esse segundo grupo, atua no sentido de extrair o máximo de lucro possível da terra, participando, através de estratégias e de pressões junto ao poder público, da dinâmica espacial da cidade.

A categoria mais complexa dos agentes modeladores do espaço urbano é a dos promotores imobiliários. Eles são responsáveis pela construção de habitação para o “circuito superior da economia”¹⁰ que atende às faixas de demanda solváveis.

Entre os promotores imobiliários estão os incorporadores, cuja operação chave é a participação em toda etapa de construção. Estes são os grandes responsáveis pela transformação do capital dinheiro em capital mercadoria. Outros agentes que fazem parte desse grupo são os financiadores, que podem ser formados por bancos, grupos de fundos de pensão, empresas e etc... Existem também os construtores, que são os agentes responsáveis por todas as etapas do processo produtivo - muitas construtoras entram na área das incorporações para ampliarem seus lucros. E, por fim, temos os corretores, que são responsáveis pela comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, obviamente sempre visando o lucro. (CORRÊA, 2000, p.20)

⁹ Corrêa. *Op.cit.*

¹⁰ Sobre esse conceito, ver SANTOS, 1985

Cabe ressaltar que os agentes concretos, compostos de promotores imobiliários, podem ser formados por uma ou mais combinações de operações exercidas no processo de acumulação de capital. Podem estar envolvidos, por exemplo, com a incorporação e a construção, ou então, com a construção e a comercialização, ou ainda, em todas as etapas e muitas outras combinações, que tornam este grupo extremamente complexo.

A ação dos promotores imobiliários na produção de habitações para a população de médio e alto status, se faz correlacionada a quatro fatores:

ao preço da terra e alto status do bairro, outro fator importante é a acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transportes (posição), outro fator são amenidades naturais ou socialmente produzidas, e por fim, a criação de imagens do bairro (simbologia) que dispõe de alguns atrativos o que o tornam de status elevado e que surgem, na verdade, para suprir a carência de oferta de terrenos para construção. (CORRÊA, 2000, p.23)

A atuação dos promotores imobiliários se dá estrategicamente. Por um lado, na produção de habitação em espaços de interesse do capital imobiliário para a população que constitui a demanda solvável, sempre com a intenção de ampliar sua margem de lucro. E por outro lado, na construção de conjuntos populares em espaços não adequados às exigências e aos interesses do capital imobiliário, neste caso acabam por gerar conseqüências espaciais visíveis, criando, reforçando e ratificando a segregação residencial no meio urbano.

Antes de falarmos do quarto agente, cabe lembrar que todos os agentes modeladores do espaço urbano citados até agora estão ligados, direta ou indiretamente, ao capital imobiliário, utilizando-se assim das mais diversas 'táticas' para extrair o máximo de lucro da terra. É importante explicitar que todas as ações desses agentes, que produzem e

reproduzem o espaço urbano, quase sempre visando à acumulação capitalista, carecem da “legitimação social” (SOUZA, 2000, p.220) possibilitada pelo Estado.

O quarto agente a abordar é o Estado, o qual tem função bastante diferenciada dos outros agentes, pois atua em conjunto com todos os outros agentes, seja na própria ação ou na omissão.

O Estado atua na modelagem do espaço urbano de três formas. Pode ser um agente modelador direto, quando interfere diretamente no espaço urbano através de suas políticas de investimento, principalmente nas áreas de habitação, transporte, infra-estrutura e saneamento. Pode ser um agente modelador indireto, quando interfere na Legislação ou nos controles que ele mesmo exerce, como por exemplo, no controle das externalidades, através da regulação do zoneamento urbano. E por fim, como agente de redistribuição de renda, quando pratica ações que visam minorar os efeitos causados pela falta de qualidade de vida e de justiça social, refletidos em alguns setores da sociedade. Vale lembrar que:

a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível sua atuação e seu discurso que encobrem os interesses dominantes mudam. Mas é no nível municipal que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz, devido à legislação que garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes estes que advém e estão direcionados aos interesses das elites locais. (CORRÊA, 2000, p.26)

Portanto, o Estado possui diversos instrumentos que podem ser aplicados no espaço urbano e que são indispensáveis na resolução parcial dos conflitos encontrados nos grandes centros. Mas, infelizmente, o Estado capitalista, em diversas instâncias e na maioria dos casos, visa e trabalha para criar condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações. Então, pode-se dizer que a atuação do Estado

capitalista na modelagem do espaço urbano, muitas vezes, vem no sentido de criar ainda mais mecanismos que ratificam a segregação residencial, agravando a injustiça social intra-urbana.

Por fim, cabe lembrar que a cidade capitalista, produto de diversos processos espaciais, não é uma máquina perfeita controlada pelo Estado, e sim uma interação complexa composta de diversos agentes modeladores do espaço, que estão rodeados de interesses, significações e fatores estruturais. Esta configuração faz do Estado apenas um dos condicionantes em jogo.

Os últimos agentes modeladores do espaço urbano aqui abordados, são os grupos sociais excluídos. Estes ocupam os cortiços da zona periférica do centro, residem nas casas auto-construídas; localizadas nos loteamentos periféricos (irregulares e clandestinos), ou se instalam em favelas.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que este grupo atua efetivamente na modelagem do espaço urbano. Segundo Corrêa, “a produção deste espaço é uma forma de resistência, ao mesmo tempo que é uma estratégia de sobrevivência.”¹¹ As formas de ocupação desses espaços, muitas vezes geram conflitos, quando isso não acontece, é porque estes não interessam ao capital imobiliário.

O crescimento progressivo das favelas permite a formação de bairros, que muitas vezes passam a ser urbanizados e ‘legalizados’, através de pressões exercidas pelas associações e do ‘aval’ dos outros agentes modeladores do espaço urbano.

Ao analisarmos o caso de Angra dos Reis, onde verifica-se uma clara descontinuidade do perímetro urbano em função das características físicas local, podemos num foco mais específico para o turismo, refletir sobre quais agentes atuam mais

¹¹ CORRÊA, 2000, p.30

especificamente na organização territorial. Ao refletirmos sobre as três formas de territorialidades observadas (condomínios fechados, resorts e ilhas particulares), percebemos que existe uma gama bastante complexa de agentes que respondem mais diretamente pela atual configuração espacial do município, indo desde grandes incorporadores imobiliários até grandes redes internacionais de resorts.

3.2. A segregação sócio-espacial

A origem da segregação sócio-espacial remonta o surgimento das cidades e das classes sociais. Tratando do fenômeno predominantemente na escala municipal, em que a atividade é estruturante, o termo foi observado e apontado originalmente a partir da segregação residencial. Com o desenvolvimento do capitalismo, o fenômeno passou a assumir uma dimensão maior devido ao aprofundamento de questões, como por exemplo, a fragmentação das classes sociais.

Este é um fenômeno bastante complexo, sendo que, ao longo da história da urbanização, sempre existiram grupos com características predominantes, quer seja a pobreza, a etnia ou a religião, que foram forçados a viver em certas áreas menos atraentes, ou seja, sem grandes amenidades.

Antes do século XIX, a estrutura urbana era mais estável. O surgimento da grande indústria e o desenvolvimento do transporte (bondes, ferrovias...), trouxeram mudanças nas cidades e propiciaram uma renovação no espaço urbano. Com os novos modelos de segregação sócio-espaciais, advindos dessas transformações, surgem correntes analíticas, que procuram estudar tais padrões. Dentre elas estão: Escola de Chicago ou de Ecologia Humana e a Escola Neoclássica.

É válido, ao tratarmos do fenômeno da segregação sócio-espacial, dissertarmos inicialmente sobre a origem do conceito. Segundo Vasconcelos (2004), a utilização do termo “segregação” pela academia, aparece nos trabalhos pioneiros de R. Park, E. Burgess e R. Mckenzie, da Escola de Ecologia Humana, que analisaram a realidade de Chicago.

Pode-se considerar como marco da corrente, o artigo que Park escreveu em 1916, intitulado de: “A cidade: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano” no qual afirma que:

Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. (p. 62)

Outro modelo criado foi o de Mckenzie em 1924, que ao tratar da Comunidade Humana, diz que o processo de invasão é destacado e a partir dele resultariam as “áreas naturais” ou formações, assim como as segregações e associações.

Segundo Gottdiener (1985), no modelo de segregação de Burgess, foi desenvolvido a noção de centralidade, ou seja, visualizou-se o centro da cidade em função da posição dos processos históricos de aglomeração e de competição em torno do mesmo. Como as cidades americanas cresceram de tamanho, a competição e a maior divisão do trabalho, determinaram dois processos ecológicos: centralização e descentralização, que foram uma inversão funcional do ciclo de invasão-sucessão. Burgess desenvolveu o famoso modelo dos círculos concêntricos, em que a zona I era definida como o distrito comercial central, onde os preços do solo eram mais elevados e havia maior fluxo de pessoas e de transporte durante o dia. A zona II, seria uma zona de transição próxima ao centro, que se deteriorou ao longo dos anos, sendo habitada por ladrões, vagabundos, guetos, prostitutas, etc. A zona

III, seria o lugar dos trabalhadores de classe baixa, logo representada por residências bem simples. A zona IV, seria a de melhores residências, pois estava ocupada pela classe média americana e a zona V se distinguia por habitações unifamiliares de qualidade pelo bem viver, já que era ocupada pela elite dominante.

Portanto, Burgess admite esse padrão espacial como ponto de sua análise, não se preocupando com a gênese do mesmo. Numa lógica ecológica de invasão-sucessão, as áreas abandonadas pela classe média e alta eram ocupadas por outras populações de menor renda, sucedendo então a um aumento de pobres no centro da cidade e ao deslocamento dos estratos superiores da sociedade para a periferia. Esse seria o padrão natural de segregação sócio-espacial. Nas palavras de Gottdiener: “A diferenciação interna do uso da terra representava uma gradiente de patologia social do centro para a periferia” (GOTTDIENER, 1985, p.33).

Enfim, o padrão espacial da segregação sócio-espacial, que se verificava naquele momento para as cidades americanas capitalistas industriais, foi sistematizado e mapeado ecologicamente de forma hipotética nos círculos concêntricos de Burgess.

O que Burgess e a Escola de Chicago, assim punham, em primeiro plano, não era uma estrutura social menos ou mais justa, mas os indivíduos competindo entre si. Expressão mais clara do individualismo norte-americano, impossível. (SOUZA, 2003, p.72)

É importante frisarmos outros importantes modelos criados dentro da Escola de Ecologia Humana, como o de Hoyt, que toma o de Burgess como base, mas faz uma leitura mais complexa a partir da inclusão e combinação dos círculos com setores. Neste caso, Hoyt leva em conta a influência das malhas viárias e do transporte. Já o modelo de

Harris e Ulman leva em conta a existência de sub-centros de comércios e serviços, assim como a presença de áreas industriais e residências localizadas ao entorno da cidade¹².

Já a Escola Neoclássica se apóia numa teoria subjetiva do valor-utilidade e na lei dos Rendimentos decrescentes. Estes conceitos compõem a base teórica da corrente, ao contrário da Escola de Ecologia Humana, que se baseava principalmente no Darwinismo Social para explicação da segregação sócio-espacial.

A teoria do valor-utilidade surge em oposição à teoria do valor trabalho advindo da Escola Clássica:

Para os neoclássicos a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, acreditando que o mecanismo de concorrência (ou interação da oferta e da procura) é explicado a partir de um critério psicológico (maximização do lucro pelos produtores e a utilidade pelos consumidores), é a força reguladora da atividade econômica, capaz de estabelecer o equilíbrio entre produção e consumo. (SANDRONI, 1989, p.111)

Esta teoria parte de um comportamento subjetivo individual e da qualidade de um equilíbrio estático da economia. A espacialidade dessa teoria se manifesta quando cada lugar possui um valor-utilidade para diferentes usuários (indivíduos e firmas), segundo os interesses dos mesmos. Desse modo, é estabelecida uma competição pelo uso da terra em busca de localizações melhores aos indivíduos de maior demanda solvável.

Pode-se dizer que a lei de rendimentos tem como pressupostos básicos a competição perfeita, a racionalidade econômica e a presença de uma planície isotrópica. Ela pode ser idealizada da seguinte forma:

¹² Essa síntese se baseia em SOUZA (2003)

Aumentando-se a quantidade de um fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção, de início, crescerá a taxas decrescentes; continuando o aumento da utilização do fator variável, a produção decrescerá. Um exemplo clássico é o do aumento do número de trabalhadores em certa extensão de terra a ser cultivada. Numa primeira fase a produção aumenta, mas logo se chega a um estado de nenhum aumento na produção, devido ao excesso de trabalhadores em relação à extensão de terra que não aumentou. (SANDRONI, 1989, p.170)

A base teórica acima foi objeto de análise para Von Thünen (1783-1850), que no plano rural, formulou a teoria dos círculos concêntricos e verificou que a localização do terreno passa a ser base do estudo de valorização da terra, reconhecendo assim, a importância da renda; em qualquer localização, ser igual ao valor de seu produto, menos os custos de produção e transporte.

Ao aplicar a mesma idéia no plano urbano, Hurd (1903) verificou que o valor do solo urbano está relacionado com a distância em relação ao centro, ou seja, quanto mais longe do centro, menor o preço do solo.

desde que el valor depende de la renta económica y la renta depende de la localización, que por sua vez depende de la conveniencia y esta, de la cercanía, se pueden eliminar los pasos intermedios y decir que el valor depende de la cercanía (HURD, 1903, apud QUESADA, 1980, p.18-19).

Outro teórico neoclássico de suma importância é William Alonso (1964), que trabalhou a questão do valor das terras urbanas e admitiu ser a acessibilidade um bem inferior em relação à preferência dos consumidores por comprar um espaço na cidade. Alonso procura explicar o conhecido paradoxo americano, que faz os pobres preferirem viver nas terras mais caras próximas ao centro e os ricos se interessarem pela periferia, onde os preços da terra são mais baixos. Utilizando a teoria do valor-utilidade, sua idéia

baseava-se no fato de que a classe média pagava alto preço de transporte em busca de um local de menor densidade demográfica, por conseguinte de maior qualidade de vida, enquanto que a classe menos privilegiada optava pela área central, onde a proximidade ao trabalho compensava a alta densidade demográfica.

Ainda como modelos neoclássicos importantes citados por Quesada (1980), temos de explicitar o de Brigham (1972), o qual busca inter-relacionar o valor da terra a fins residenciais. Brigham acredita que a oferta de terra é algo estável e que o valor da mesma gira em torno da demanda por espaço urbano, além disso a região também está subordinada por fatores como acessibilidade, topografia e históricos, assim como a proximidade do centro, que aumentava o valor do solo.

O último modelo neoclássico importante de explicitar ilustra de forma mais clara o padrão de segregação sócio-espacial proposto pela escola neoclássica. É o de Berry (1974), o qual observou que os valores da terra são mais altos quanto mais próximas do centro da cidade e dos eixos rodoviários mais importantes. Quando não tão próximos ao centro, fatores como interseções das artérias do tráfego e eixo de transportes, eram extremamente determinantes no valor da terra. Berry era adepto da idéia de que as classes menos favorecidas localizavam-se nas terras próximas ao centro - mais valorizadas -, enquanto a elite residia na periferia da cidade, onde, apesar dos custos de transporte serem levemente compensados pelo custo da terra, buscavam maior qualidade de vida.

Portanto constatamos que o modelo neoclássico compôs basicamente o verdadeiro paradoxo americano: a camada menos favorecida se amontoava nos centros, onde as terras eram mais valorizadas, e por outro lado, as camadas de maior poder econômico buscavam terras mais afastadas dos centros, que no caso, eram de menor custo e compensavam o

valor do deslocamento, pela maior qualidade de vida em bairros de menores densidades demográficas e com mais amenidades.

Vimos então que a Escola de Ecologia Humana tinha como base o Darwinismo Social, portanto considerava a segregação sócio-espacial como algo funcionalista, resultante de processos ecológicos de adaptação social, competição, invasão-sucessão e de processos de ordem moral, realizados durante o crescimento urbano, sob a ótica da economia capitalista perfeita.

Considerava-se também, que a segregação sócio-espacial, tinha como pressuposto um sistema de transporte bem distribuído pela cidade e uma heterogeneidade étnica e social. Esta era facilmente determinada pela localização da população nas áreas naturais, gerando assim, verdadeiras regiões dentro da cidade, resultantes do embate entre forças, dos diferentes indivíduos por uma posição no espaço urbano. Observa-se que a segregação representava um tipo particular de população no seio de uma comunidade urbana, como resultado da atuação de forças seletivas combinadas, as quais provocavam segregações de índole social, cultural, econômica, étnica e até mesmo religiosa.

Ao tratarmos mais especificamente do processo de diferenciação residencial, devemos compreender que o valor do solo era um fator determinante, pois viabilizava a distribuição dos usos do espaço urbano entre as diferentes atividades econômicas e a população. A Escola de Ecologia Humana considerava e via processos ecológicos de competição, dominância e invasão-sucessão, na definição de valores e uso do solo pelos indivíduos. Esses processos eram determinantes na distribuição da população e nas atividades econômicas do espaço urbano. Quando a área central (valor da terra mais elevado) alastrava-se, gerava um afastamento de algumas atividades e de algumas populações de maior renda para a região periférica que, por conseguinte, expulsavam

outras, originando uma conformação espacial da cidade em áreas concêntricas. O surgimento de tais idéias foi materializado a partir do modelo de Burgess, que representa o padrão espacial de segregação sócio-espacial da Escola de Ecologia Humana.

A Escola Neoclássica baseava-se na teoria-utilidade e na lei dos rendimentos decrescentes. Nessa corrente, a segregação sócio-espacial é examinada somente como fruto de preferências por lugares ou por modelos de residências numa escala de preço. Nela o homem era visto como sujeito econômico, que visava menores custos e maiores vantagens locacionais. Por fim, cabe demonstrar que a escola Neoclássica compreendia essa questão como resultados de um *trade-off* entre as áreas de residências e a acessibilidade ao centro da cidade; a partir dos pressupostos da teoria do valor utilidade e da lei dos rendimentos decrescentes, ao contrário da Escola de Ecologia Humana, que tinha a segregação sócio-espacial como produto de processos ecológicos de invasão.

Todavia, é interessante observarmos que ao compararmos o padrão espacial da segregação sócio-espacial propostos pelas duas correntes, como no caso de Berry e Burgess, alcançamos os mesmos resultados, os quais foram atingidos por meios teóricos-metodológicos distintos.

É importante deixar claro que os modelos de segregação apresentados até aqui advém, principalmente, da literatura norte americana e expõe o problema a grupos minoritários. Segundo Souza (2003), no Brasil a realidade é outra. A segregação afeta um grande contingente da população urbana pobre, que vive em favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares, cortiços afastados do CBD (*Central Business District*) e das eventuais amenidades naturais, sendo assim, desprezados pelos moradores mais abastados. Portanto, a segregação no Brasil não é vista como um problema meramente étnico ou cultural, onde uma minoria vive em guetos como alternativa, ou, falta de alternativas.

Nesses locais, não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados de classe média e das elites, que é evidentemente; a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferias, cortiços e, principalmente, favelas) é muito forte. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de auto-estima coletiva costumam estar associados a essa questão. Por isso, mesmo se tratando de majorias, e não de minorias, como nos EUA, faz sentido, sim, falar-se, também a propósito das cidades de um país como o Brasil, de segregação residencial, e não meramente de exclusão. (SOUZA, 2003, p. 69)

Outras contribuições importantes de frisarmos são as de dois teóricos indispensáveis na compreensão da dinâmica urbana: Manuell Castells e Henry Lefèbvre, que apesar de terem sido teóricos da já discutida Escola de Chicago, possuem passagens importantes advindas do ‘campo marxista de análise’, as quais, contribuem bastante para a compreensão desse fenômeno até aqui estudado.

Para Castells (1983) os moldes do espaço residencial e da segregação urbana, sofrem a ação hierarquizada das estruturas da sociedade capitalista, segundo o esquema triplo: economia, política e ideologia. No plano econômico, a segregação sócio-espacial estaria de acordo com a lógica da distribuição de moradias entre os indivíduos. Cabe ressaltar que as diferenças de localidades e a capacidade de deslocamento e acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana, são fatores que também interferem na segregação. No plano político institucional, o poder local tenderia a contribuir com o processo de segregação urbana, à medida que as políticas públicas estariam à disposição dos interesses da fração dominante, geralmente ligadas ao capital imobiliário. Já no plano ideológico, a relativa autonomia de seus símbolos influenciariam nas leis econômicas de distribuição da população, entre tipos de moradia e de espaço ocupado. Sendo assim, a situação social de determinadas comunidades e sua locação espacial poderiam avigorar

tendências à autonomização ideológica em certos grupos de sub-culturas ecologicamente delimitadas.

Outra afirmação de Castells é que a segregação fortalece as disparidades sociais e espaciais, o que, em um sentido dinâmico, contribui transformar a diferença em contradição, influenciando também no nível da luta de classes.

Portanto, para Castells, o espaço urbano seria constituído por essa estrutura formada pelos sistemas econômicos, políticos e ideológicos, dotados de relativa autonomia. Segundo Gottdiener (1997), esta leitura, de forte inspiração estruturalista, dispõe do fato e do objetivo de Castells em compreender o espaço urbano como um subsistema, apresentando assim, praticas semelhantes às da estrutura maior e operando segundo as mesmas leis que coordenam a formação social capitalista.

Outra contribuição importante para a compreensão do fenômeno da segregação sócio-espacial foi dada por Henry Lefèbvre (1972), que considerava a cidade como sede de um gigantesco e assombroso poder econômico e político. Com forte ligação às forças produtivas, a cidade também se estabelece como força produtiva e, em sua evolução histórica, as categorias econômicas se impõem na cidade como categorias dominantes. Sendo assim, na sociedade moderna o espaço abstrato, ou seja, homogêneo, fragmentado e hierárquico, chega a dominar o espaço social, ou integrado de comunhão social.

A partir de então, o considerado espaço social perde a sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas, e fragmenta-se em ‘guetos’ distintos. Sendo assim, Lefèbvre (1972) considerava os lugares segregados da cidade moderna não como justapostos e sim como hierárquicos, representando espacialmente a hierarquia econômica e social, que é composta por setores dominantes e setores dominados.

Portanto, a segregação sócio-espacial, assim como a cidade moderna, é vista por Lefèbvre, como uma forma historicamente determinada, podendo assim ser interpretada e suprimida. O surgimento da segregação sócio-espacial pode ser mais bem entendido se, mediante a realidade das formas atuais de ordenação territorial, pudermos compreender a sua “gênese”, o caminho do seu processo de manifestação.

A gênese do sistema urbano como etapa de uma gênese mais ampla que é a do valor de troca generalizado do mundo da mercadoria e do dinheiro, numa palavra, do capital. (LEFÈBVRE 1972, p.108)

É válido ressaltar que ao utilizarmos modelos para tratar fenômenos sociais ou territoriais, sempre haverá uma simplificação de tal processo, no intuito de tornar tal estudo mais didático e heurístico, disciplinando o próprio raciocínio espacial do pesquisador e sua própria análise.

No esforço de tornar mais compreensiva a questão da segregação sócio-espacial no Brasil foram criados conceitos, os quais inspiraram modelos capazes de distinguir o fenômeno até aqui tratado.

O padrão de segregação mais conhecido nas cidades, principalmente as localizadas nas regiões metropolitanas brasileiras, é o centro x periferia, em que o primeiro é extremamente equipado, dotado de toda infra-estrutura urbana advinda do setor público ou privado e ocupado pelas classes de maior poder aquisitivo. Por outro lado, a periferia caracteriza-se pela falta de serviços e infra-estrutura urbana, concentrando as camadas de menor poder aquisitivo, as quais, são as maiores vítimas da questão urbana. Segundo Lojkine (1981, p.166), a segregação é um fenômeno “produzido pelos mecanismos de

formação do preço do solo, estes por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”.

É interessante frisarmos que Lojkine (1981) não esclarece como a segregação é produzida. Para ele, as camadas de maior poder aquisitivo possuem e concentram-se nas terras de mais alta renda, e as de menor poder aquisitivo, nas terras baixo valor. Todavia, essa tese já foi derrubada por diversos autores que se basearam em casos empíricos.

Pensando em Brasil, podemos exemplificar e comprovar que a simplista tese apresentada acima não corresponde inteiramente à realidade. Está certo que as terras mais valorizadas concentram, em sua maioria, a população de mais alto poder aquisitivo, mas o que falar das favelas localizadas na zona sul do Rio de Janeiro e dos cortiços localizados em bairros da zona sudoeste paulistana, onde o preço do solo caracteriza-se por ser bem mais elevado. Por outro lado, como se explica a concentração de mansões e condomínios fechados em bairros como Recreio do Bandeirantes no Rio de Janeiro e Alphaville em São Paulo, onde o valor do solo é bem menos elevado em razão, principalmente, da distância em relação à área central da metrópole.

O conceito de sítio social criado por Santos (1993) é extremamente importante para compreendermos de forma mais nítida como se origina e se reproduz o processo de segregação sócio-espacial em países semi-periféricos, através de uma ótica mais dinâmica e pragmática.

A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes : a superposição de um sítio social ao sítio natural e a disputa entre atividades e pessoas por dada localização. (...) Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Por isso são atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de

residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda. É desse modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. (SANTOS,1993, p.96)

Podemos dizer então que o conceito de sítio social é bastante útil para a análise dos bairros residenciais produzidos pelas e para as burguesias, como também das áreas comerciais que elas igualmente produzem de acordo com seus interesses.

Outra contribuição importante para análise do processo de segregação sócio-espacial foi desenvolvida por Souza (2000), que possibilita uma melhor compreensão de como o espaço urbano vem se organizando e sendo alvo de processos que só aumentam a disparidade social.

A Fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial consiste numa ‘ampliação’ da discussão sobre os problemas urbanos primários, através da busca de respostas espacialmente visíveis dessa problemática. Para se chegar a essa concepção foram feitos levantamentos dos diversos problemas ambientais decorrentes da dinâmica e da lógica do modo de produção capitalista. Com isso foi possível sistematizar as idéias e encontrar as diversas conseqüências expostas no espaço urbano dos países semiperiféricos.

Souza trabalha especificamente com as duas maiores metrópoles do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), onde a fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial é mais clara e forte, e onde a dinâmica e a ação, dos agentes modeladores do espaço urbano, sustenta e amplia cada vez mais essa problemática.

Ao se falar em fragmentação entendemos, por um lado, no contexto desse estudo, como pontos do espaço intraurbano territorializados por poderes paralelos ao Estado, que são protagonistas de atividades ilícitas e que se instalam principalmente em locais com carência de políticas e de amparo por parte do Estado (segregação imposta ou induzida). Na

outra ponta do espectro, temos a auto-segregação, que podemos considerar como a ‘resposta das classe mais elevadas’ à falta de controle social e territorial estatal.

Uma das respostas para tudo isso é formação de um padrão bastante complexo de segregação. Observamos uma espacialidade caracterizada e marcada por sérios conflitos e tensões, e pelo desafio atribuído ao Estado no controle territorial, pois o espaço urbano vem, cada vez mais sendo ‘dominado’ por grupos criminosos. Em resposta a essa ‘territorialização do crime’, surgem estratégias espaciais defensivas, utilizadas por camadas médias e altas da sociedade.

Com o adensamento dessa problemática observa-se na cidade um espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como ambiente comum de socialização. Portanto podemos nos arriscar a dizer que o que está em jogo com o agravamento dos problemas acima expostos, é a cidade em seu sentido usual, ou seja, como uma unidade de diversidade, em que as contradições de classe, as tensões de fundo étnico e a segregação residencial daí decorrentes, não eliminam a percepção da cidade como uma entidade geográfica coerente.

O modelo explicativo da fragmentação do tecido sóciopolítico espacial ‘direciona-se’ na dinâmica sócio-espacial às metrópoles brasileiras, mas também pode ser relativamente utilizado em outros países semi (periféricos). Já em países considerados centrais, por mais grave problemática urbana, existem instituições que compõem o aparelho do Estado e que apresentam uma capacidade muito maior, tanto de evitar a agudização da pobreza e de suas conseqüências sócio-espaciais (ação profilática do Estado de bem estar), quanto de, uma vez instalados os problemas, combatê-los com mais eficiência e eficácia. Além do mais, como já visto nos países considerados centrais, a dinâmica urbano organizacional é geralmente distinta à dos países semi-periféricos.

Como exemplo de metrópole brasileira que expressa claramente no espaço toda a complexidade do modelo explicativo aqui estudado, temos o Rio de Janeiro. De um lado a rede de tráfico de drogas e outras atividades ilícitas, extremamente organizadas, territorializaram amplamente quase todas as favelas da região metropolitana, e por outro lado observamos o crescimento no número de condomínios fechados (auto segregação), onde as classes mais elevadas procuram, além de amenidades, um novo estilo de vida protegido da criminalidade que impera e é refletida nas áreas neutras (ruas, espaços públicos ...).

Outra metrópole que podemos exemplificar é São Paulo, que apesar de não apresentar uma rede de tráfico e de outras atividades ilícitas ‘tão organizada’, apresenta altos índices de criminalidade e caminha cada dia mais para o ‘caos urbano’, levando assim, as classes mais elevadas a se isolarem completamente em condomínios fechados, como o de Alphaville, que possui até mesmo shopping center próprio direcionado aos moradores do condomínio.

Ao traçar a evolução desses processos, Souza (2000) demonstra que no Rio de Janeiro, no final da década de 70, o tráfico de drogas era ainda pouco impactante, tanto na escala das favelas como na escala metropolitana. As comunidades apresentavam-se como subsistemas neutros e a auto-segregação era quase que insignificante. São Paulo, na mesma época, também não explicitava grandes problemas relacionados à organização espacial.

Já em meados da década de 90 observou-se no Rio uma proliferação espacial da desigualdade, em que o tráfico de drogas passou a se territorializar e as comunidades passaram a se caracterizar, em grande parte, como sendo subsistemas fechados e controlados por traficantes. Por outro lado, expandiu-se a auto segregação das classes sociais mais elevadas, que articulando local de moradia (condomínios fechados) com local

de consumo (shopping center), passaram a fazer com que a cidade tornasse um espaço local cada vez mais fraturado socio-politicamente e menos vivenciado como ambiente comum de socialização. Já em São Paulo, Souza (2000) observou que no final da década de 90, apesar do crime não ser tão organizado quanto o do Rio de Janeiro, as comunidades também apresentaram-se como subsistemas fechados e a auto segregação se tornou uma ‘escapatória’ à população de mais alto status social, que fugindo da pobreza associada à violência, passou a viver e ‘se isolar’ em condomínios extremamente fechados e ‘auto sustentáveis’, como o de Alphaville.

O processo de fragmentação do tecido sóciopolítico espacial desenvolveu-se a partir do agravamento da questão urbana, gerada pela exclusão crescente da sociedade e pela ampliação dos quadros de desigualdade social no Brasil. Observou-se então, principalmente nos grandes centros urbanos, um crescente agravamento e ampliação dos problemas urbanos primários, o que fez a análise do espaço urbano desenvolver-se por veio de ótica espaço-temporal. A idéia, portanto, foi basicamente aliar os processos ocorridos no espaço urbano, como as formas de segregação, a desvalorização do espaço público, o ‘enfraquecimento’ e a desmoralização do papel institucional do Estado, para a partir de então, analisar como está sendo organizado e estruturado o espaço urbano nos países semi-periféricos, em especial no Brasil.

Vale salientar que a fragmentação a que se faz referência, é algo diverso. É espacial, e não meramente setorial; é especificamente (sócio) política, embora não implique uma mudança da malha territorial oficial, e sim no surgimento, na disseminação e no incremento de fortes “territorialidades excludentes”, no âmbito da sociedade civil, tanto entre os próprios excluídos, tanto entre os sócio-economicamente privilegiados. Finalmente, a fragmentação, por trazer novos componentes, não se reduz a um sinônimo de segregação

sócio-espacial, conquanto a segregação se veja na esteira do processo, agravada, sobretudo pelos novos preconceitos contra moradores de ‘comunidades’.

Enfim todos os temas acima citados caminham em paralelo e fazem parte, direta ou indiretamente, do modelo de fragmentação do tecido sóciopolítico espacial. Devem, portanto serem discutidos a fundo, na busca de uma maior compreensão e sistematização da dinâmica do espaço urbano.

Quando analisamos o caso de Angra dos Reis, temos de levar em conta as particularidades relacionadas às características físicas do município, as quais são responsáveis por uma configuração territorial bastante específica, tornando o espaço urbano extremamente descontínuo e fragmentado. Portanto, acredita-se que a especificidade da segregação sócio-espacial está vinculada às características do sítio urbano e à forma de apropriação por parte dos agentes ligados à atividade turística.

3.3 As ferramentas para a gestão do território

É importante, na explicitação deste trabalho, discutirmos sobre alguns conceitos necessários para a compreensão da organização espacial.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o processo de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis focalizando, particularmente, as contradições e conflitos advindos do incremento da atividade turística. A apropriação do espaço por parte dos agentes ligados ao turismo está diretamente ligada às amenidades verificadas no município, as quais, encontram-se distribuídas em função das características físicas do local.

No intuito de se compreender a atuação dos agentes sociais e econômicos, que respondem mais diretamente pela segregação sócio-espacial as formas de apropriação do espaço e as ferramentas para gestão territorial existentes, partiremos para uma discussão de conceitos e instrumentos importantes para o entendimento da dinâmica territorial.

O conceito de desenvolvimento no mundo contemporâneo, geralmente se apresenta principalmente atrelado ao economicismo. Normalmente pensa-se em desenvolvimento como desenvolvimento econômico e não como uma mudança social positiva.

O conceito de desenvolvimento deve ser entendido como uma mudança social positiva, ou seja, uma mudança para melhor, um desenvolvimento que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e , portanto, não merece ser chamado como tal (...) O desenvolvimento sócio-espacial, está ligado a melhoria de qualidade de vida aliada a um aumento da justiça social. A mudança social positiva, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas igualmente, a espacialidade. (SOUZA, 2002, p.61)

Percebemos, a partir de então, que o aumento da justiça social regula e contextualiza o objetivo de melhoria da qualidade de vida, portanto, eles são extremamente complementares.

Mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que, é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, a autonomia. (SOUZA,2002, p.66)

Para Souza (2002), uma justiça social efetiva (derivada da autonomia) não significa necessariamente uma melhoria da qualidade de vida. Por exemplo, sem autonomia individual (capacidade de cada indivíduo em estabelecer metas para si com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação; e

sobre as informações de que dispõe pressupõe, não apenas condições favoráveis sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos), dificilmente ter-se-á uma melhor qualidade de vida, todavia justiça social e qualidade de vida são duas metas: uma não é mais importante do que a outra, elas possuem uma complementariedade essencial. Portanto, qualquer um dos dois, se tomado isoladamente um sem o outro, é insuficiente para servir de base para a avaliação e estratégia de desenvolvimento sócio-espacial. Então, um calibra e complementa o outro.

Vale salientar que um passo importante e democrático para o alcance do desenvolvimento sócio-espacial em escala específica, é a incorporação do “saber local” à análise e ao desenho da intervenção planejadora, junto com os balizamentos técnicos científicos trazidos pelos profissionais de planejamento e gestão (adaptações singularizantes a cada situação singular concreta). Portanto, não cabe ao analista especificar as adaptações sem levar em conta a vontade dos indivíduos e dos grupos envolvidos. É necessário maior participação popular na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento. “A eficiência econômica, avanço técnico e tecnológicos não devem ser vistos como fins em si mesmo” (SOUZA, 2002, p.76), e sim um meio para atingir justiça social e qualidade de vida.

A gestão urbana e seu planejamento, são estratégias de desenvolvimento sócio-espacial, alimentadas por pesquisa social básica tanto teórica, quanto empírica (diagnóstico).

A versão urbana da ideologia do desenvolvimento capitalista, diga-se de passagem, é extremamente pobre, em geral, considera o desenvolvimento sócio-espacial como a complexificação dos tecidos urbanos, transformando-os em ambientes construídos, ou

dinamizando esses ambientes através de novas construções em lugares de velhas, portanto, desenvolver é cada vez mais dominar a natureza, fazer crescer e modernizar.

O desenvolvimento sócio-espacial, segundo Souza (2002), deve ser definido com a ajuda de dois objetivos: um é o aumento da justiça social e a melhoria da qualidade de vida (objetivos intrinsecamente relevantes) e o outro apóia-se na eficiência econômica e nos avanços técnicos e tecnológicos (simples objetivos instrumentais, os quais são meios a serviço de objetivos maiores).

Segundo Souza (2002), pode-se entender alternativamente e criticamente o conceito de desenvolvimento sócio-espacial; que é o objetivo fundamental do planejamento e da gestão territorial, a partir da ajuda de dois objetivos derivados: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social.

Quando analisamos os conceitos de gestão e planejamento territoriais percebemos que são fundamentais no debate aqui proposto, pois a partir desses mecanismos, criam-se planos e estratégias capazes de, por vias legais, aprofundar ou minorar o processo de segregação sócio-espacial.

O conceito de gestão surgiu ligado à administração de empresas. No Brasil, desde a segunda metade da década de 80, ocorreu um uso crescente de expressões do tipo: gestão urbana, gestão territorial, gestão ambiental, gestão educacional, gestão de ciência e tecnologia.

Vários são os autores que buscaram elaborar e definir o conceito de gestão territorial. Antes de tratarmos mais especificamente do conceito de gestão territorial, é importante frisarmos que cada esfera de poder corresponde a um poder territorial, que materializa-se nas relações de poder das diversas escalas.

Para Sanches (1991) as relações de poder estão diretamente atreladas à (re) produção do espaço, para isso, existem alguns princípios básicos que norteiam esse fato tornando-o consumado. O primeiro princípio trata-se da necessidade que existe entre a estrutura social em comportar sua própria reprodução, de forma coerente e harmônica, entre as relações de poder e articulação do espaço. Outro princípio relaciona-se ao fato de que as transformações de âmbito social devam vir acompanhadas da reorganização da estrutura, de modo a impor sua hegemonia sobre o território. Por fim, dentro das relações de poder territorializadas, as localizações dos centros de gestão e decisão é um fator preponderante, de modo a permitir que os objetivos lançados na consecução da reorganização territorial sejam alcançados.

Ao relacionarmos o território e as relações de poder impostos e refletidos nele, percebemos e medimos a importância da política como fator preponderante na gestão do poder, sobre a sociedade e o espaço. Sendo assim, observamos que a política implica a afirmação de objetivos e estratégias por parte dos diferentes atores sociais frente a outros membros da sociedade, no objetivo de atribuir seus critérios e formas de atuação que atendam aos seus interesses específicos.

Portanto podemos dizer que política é sinônimo de conflito, pois trabalha e funciona como um organismo moderador e articulador das diversas divergências ocorridas na sociedade. Todavia, podemos dizer que existe um conjunto de regras e objetivos traçados para cada grupo social, os quais, em meio a embates constantes, buscam sempre assegurar sua hegemonia espacial sobre o resto das frações de classes. Esses são os atores sociais dominantes, ou seja, aqueles que possuem maior poder econômico.

Se analisarmos a política sob uma ótica territorial, faremos com que, a preocupação e o controle do território, passem exigir sua gestão. Já numa perspectiva econômica, torna-

se fundamental o surgimento de diferentes modos de intervenção, no intuito de se aproveitar e explorar ao máximo todos os recursos físicos e humanos integrados no processo econômico¹³.

A partir dessas pontuações, podemos dizer que surgem as diferentes estratégias políticas, como por exemplo: as de localização das atividades produtivas, as de infraestrutura urbana, entre outras. Porém, podemos afirmar que geralmente os objetivos principais dessas estratégias são de atender primordialmente aos interesses e reivindicações das classes hegemônicas. No entanto, podemos dizer que a gestão territorial busca controlar e adequar as relações de poder territorializadas e os conflitos de interesses emergentes, principalmente em sociedades com um alto grau de desigualdades, que ampliam-se e agudizam na apropriação e definição do próprio espaço.

Outra formulação teórica sobre gestão territorial é a de Correa (1988), que define o termo como “gestão das diferenças territoriais”, ou seja, a gestão territorial é uma forma de controle da organização espacial, na qual, pretende-se garantir condições de produção e reprodução diferenciadas do espaço para que o processo de acumulação se realize, mantendo-se assim, a reprodução dos diferentes grupos sociais.

Outro esforço na definição do conceito de “gestão territorial” foi realizado por Davidovich (1988), que em sua contribuição, associa diretamente a gestão à prática do poder, a partir da administração autônoma. Nesse caso, considera-se o território como suporte logístico para a gestão.

Ainda em Davidovich (1988), a prática social no território provoca conflitos entre as diversas esferas de poder, as quais procuram manter seu domínio espacial a partir da territorialidade de suas ações. Portanto, a gestão territorial pressupõe a ação de atores

¹³ Essa síntese foi elaborada a partir de SANCHES (1991),

sociais, desencadeando e aprofundando assim o processo de segregação espacial, em decorrência da estruturação de uma base territorial específica. Por fim, a relação existente entre espaço e poder conduz a avigorar o princípio do local por meio do exercício do poder, em parcelas territorializadas do espaço nacional.

Para Becker (1988), o conceito de gestão territorial significa ‘a prática estratégica, científico tecnológica do poder no espaço-tempo’. É estratégica, pois envolve as mais diversas finalidades econômicas: a assimilação dos diferentes conflitos inseridos nas relações de poder e a elaboração de técnicas e estratégias para se alcançar os objetivos propostos. É científico-tecnológica, pois pressupõe a instrumentalização do saber e controle político, os quais vem cotidianamente desenvolvendo-se como ciência. Observa-se ainda que a gestão territorial agrega elementos da administração de empresas e da governabilidade.

A partir de todas as elaborações teóricas levantadas, podemos relacionar e sistematizar o conceito de gestão territorial por meio do domínio da organização espacial nas diferentes escalas, da assimilação dos diferentes conflitos entre as diversas esferas de poder e de uma estratégia econômica que possibilita o proveito e a exploração maciça do espaço, a reprodução ampliada do capital e a manutenção dos diferentes grupos sociais.

Já o planejamento, numa visão ideológica, chega ao Brasil dos anos 80, amplamente desacreditado e associado, ao longo da história à práticas maléficas, autoritárias e conservadoras. Por isso muitos quiseram substituir o planejamento pela gestão; todavia, não são termos intercambiáveis, possuem referenciais temporais distintos e se referem a diferentes tipos de atividades.

A prática de planejar sempre remete ao futuro. Tenta simular os desdobramentos de um ou mais processos, com o objetivo de melhor se precaver contra possíveis problemas,

ou inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios. A gestão, como visto, remete ao presente, por um lado gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis tendo em vista as necessidades imediatas.

Portanto, o planeamento é a preparação para a gestão futura, com o objetivo de evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra, já a gestão, é a efetivação, ao menos em parte, das condições que o planeamento no passado ajudou a construir. Isso demonstra que, além de distintos, eles – planeamento e gestão - são complementares.

Percebemos então que o planeamento e a gestão são, de fato, duas atividades diferentes e que a diferença básica reside no horizonte temporal de cada uma.

Apenas uma visão imediatista, que só se interessa em administrar atividades de curtíssimo e curto prazos (sem mostrar preocupação futura), ou então, um mal entendido, como aquele que reduz o planeamento ao planeamento tecnocrático, pode conduzir a idéia descabida de que entre gestão e planeamento existe, a priori, uma relação de oposição ou concorrência. (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p.17)

Portanto, podemos dizer que o maior desafio relacionado ao planeamento é o esforço de imaginar o futuro. Para se pensar e imaginar o futuro é necessário que ocorra uma reflexão e uma análise prévia das condições do quadro atual, de forma a se antecipar possíveis desdobramentos de processos. Essa tentativa e esforço de reflexão sobre as condições atuais para em seguida imaginar seus desdobramentos, é conhecida como prognóstico.

As previsões e os cenários são tipos de prognósticos fundamentais para o planeamento; o primeiro corresponde a um tipo muito formal, inadequado para lidar com fenômenos sociais, já o segundo é mais flexível, adequado às necessidades dos cientistas sociais.

As “trincheiras” equivalem a uma imaginativa concepção do esforço de se lidar com o futuro no planejamento útil e válido, para o domínio das ciências sociais aplicadas.

A sucessão de trincheiras, pode ser escrita como:

Primeira trincheira, tem-se a capacidade de prognóstico, onde vários cenários realistas são construídos de forma elegante, consistente e realista, já na segunda trincheira temos a reação veloz ante a surpresa e, na terceira trincheira, temos a capacidade de atrair lições do passado. (SOUZA, 2002, p. 49 e 50)

Cabe observar que ao analisar e realizar projeções para prática do planejamento, é fundamental se ter em mente o fato de métodos quantitativos serem bastante limitados no tratamento de fenômenos sociais, sendo assim, não se pode dizer que estamos diante de um cenário de absoluta precisão.

Não podemos simplesmente nos guiar por projeções estatísticas para imaginar os desdobramentos dos processos sociais, que diga-se de passagem, são demasiado complexos para serem entendido dessa forma. Depositar muita confiança em técnicas estatístico-matemáticas de previsão é uma postura típica de pesquisadores e cientistas que acreditam ser possível transpor para a análise da sociedade esquema teóricos e métodos da ciências naturais (...), nas quais a quantificação se mostra bem menos problemáticas. (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p.18)

Toda essa discussão sobre o que chamamos de ferramentas da gestão do território é importante no intuito de se refletir e compreender a segregação sócio-espacial observada no município de Angra dos Reis, focalizando a atividade turística e levando em conta toda especificidade do sítio urbano. Dentre os principais aspectos da gestão territorial destacam-se os altos índices de favelização e toda questão urbana refletida no município.

4. Dinâmica do território no município de Angra dos Reis

4.1. As estratégias de ocupação do espaço

No intuito de se analisar o processo de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis, focalizando, particularmente, as contradições e conflitos advindos do incremento da atividade turística, buscar-se-á fazer um breve levantamento da evolução do processo de (re) estruturação do espaço na região.

Vale salientar a importância das características do sítio e da posição como fatores preponderantes no processo de organização espacial em Angra dos Reis.

O município de Angra dos Reis, em função da sua posição, determinando a instalação do porto, recebeu destaque desde o início da colonização brasileira. Assim, a proximidade ao litoral, como às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mostra-se fundamental na valorização deste espaço. (BERTONCELLO, 1992).

A economia do país contou com a participação de Angra dos Reis durante os ciclos econômicos (cana-de-açúcar, ouro e café). A crise do café, no entanto, assinala um processo de estagnação de sua economia, que alia também a diminuição da utilização do porto em função da construção da estrada de ferro Pedro II, uma vez que esta passa a ligar o Vale do Paraíba ao porto do Rio de Janeiro.(SOUZA, 2003b)

No espaço, com relação ao declínio da produção cafeeira, pode-se observar, apesar do abandono das grandes fazendas por parte dos seus donos, a permanência da estrutura fundiária com a presença nestas terras dos posseiros, ainda que legalmente tais fazendas pertençam aos latifundiários. Como “termômetros” da desestruturação ocorrida na cafeicultura, os dados sobre a população em 1872, é de 21.833 habitantes, caindo para 18.468 em 1890. (BERTONCELLO, op. cit)

Neste período destacam-se as atividades da agricultura de subsistência: a bananicultura e a pesca¹⁴. Este quadro se apresenta até o início do século XX, quando em função das intervenções ocorridas pelo Estado nesta região, ocorrerão a reforma do porto (1930) e a construção da estrada de ferro (1928) a Minas Gerais, unindo o Vale do Paraíba ao município de Barra Mansa até o porto de Angra dos Reis.(BERTONCELLO, op.cit)

O objetivo destas intervenções era o de viabilizar o escoamento da produção de aço da Usina de Volta Redonda (a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN) até o porto de Angra, localizado estrategicamente “a meio caminho” dos principais mercados consumidores do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). O carvão vindo de Santa Catarina, abastecendo a usina, e o aço da CSN, abastecendo as indústrias do Rio de Janeiro e de São Paulo, passariam assim, pelo porto de Angra. (SOUZA, 2003b)

Configura-se então, o papel do Estado no processo de desenvolvimento desta área. O momento histórico - governo Vargas - é marcado por uma tentativa de acabar com as chamadas “regiões arquipélagos”, isoladas do resto do país, a fim de integrá-las ao circuito de desenvolvimento nacional.

Como reflexo desta reintegração à economia nacional, assim como sob influência do desenvolvimento da economia local, a população inicia um crescimento lento, a partir de 1950. A população angrense neste ano era de 20.929, contra os 18.468 de 1890 (dados do censo demográfico de 1950).

Podemos dizer então que, apesar da revitalização da função portuária e comercial restabelecer os fluxos, o estancamento populacional não foi revertido durante o período de cerca de 80 anos.

¹⁴ A pesca, em particular, é associada ao processo de industrialização de Angra dos Reis, quer seja em função do volume de produção, quer seja, pela população ocupada.

A industrialização guarda uma função fundamental para o Brasil na década de 50 e a preocupação relacionada ao desenvolvimento dos setores industriais básicos no país permanecerá. Desta forma, Angra dos Reis será palco da implantação do Estaleiro Verolme, expoente da indústria naval. (BERTONCELLO, 1992). O crescimento populacional será um dos reflexos produzido por este novo arranjo espacial. Deve-se lembrar da presença anterior da Escola Naval em Angra dos Reis, firmando o apoio institucional entre a Marinha e o Estaleiro¹⁵.

O estaleiro, implantado em 1959, faz parte do então Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek e inicia uma nova reestruturação do espaço no município de Angra dos Reis, que passa a reintegrar a economia nacional. Um processo de urbanização também será conhecido, acompanhado de um significativo crescimento econômico.

A década de 60 apresenta taxa de crescimento populacional em torno de 3.4% ao ano e em 1970, a população era de 40.2 mil habitantes com 53% da população residindo na área rural.

Tais mudanças serão percebidas pelo setor urbano local, com a expansão das atividades comerciais e de serviços:

Como resumo, pode-se dizer que a instalação do estaleiro Verolme é uma autêntico “cataclismo” no local, mudando as estruturas tradicionais e compensando sua decadência. Com efeito, todos os indicadores que apresentam crescimento vinculam-se à indústria, sendo que a agricultura e a pesca se mantêm estagnadas. Diretamente ligadas à instalação industrial encontram-se também diversas mudanças na “sociedade local”: urbanização da população, aparecimento de um setor operário moderno” com sindicatos e qualificações profissionais, diminuição do número de pessoas dedicadas as atividades primárias etc. (BERTONCELLO, 1992, p. 64)

Pouco antes de 1970, uma medida adotada declara o município “Área de segurança nacional”. Tal fato reduz o poder político local, dando lugar ao poder designado pelo presidente da República (indiretamente pelos quadros oriundos da Escola Naval).

A década de 70 é marcada pela instalação da Usina Nuclear, pela implantação do Terminal Petrolífero da Ilha Grande (TEBIG) e a construção da rodovia BR-101, ocasionando, como não poderia deixar de ser, profundas e novas transformações no espaço de Angra dos Reis.

A população residente cresce principalmente entre a população urbana, caracterizando uma mudança brusca na sua distribuição local. Assim, enquanto a população urbana aumenta entre 1950 e 1970 a uma taxa média anual de 51.4 por mil, a rural cresce apenas a taxa de 2.1 por mil (BERTONCELLO, 1992).

O censo econômico de 1970 demonstra as mudanças em relação às atividades da população, com aumento do pessoal ocupado na indústria, além do já citado aumento dos setores de comércio e serviços.

A implementação destes projetos foi acompanhada de conflitos relacionados à valorização do solo, acarretando a desocupação e expulsão de populações, assim como, o crescimento desordenado de alguns distritos. Empreendimentos imobiliários foram construídos a fim de atender às pessoas que visitavam o lugar (turistas e veranistas). Tais empreendimentos são contribuintes para o processo de impacto do meio ambiente.(GUANZIROLI, 1983)

Angra passa a ser o espaço delimitado por e a partir de muitas relações de poderes, seja este poder na escala federal, com a

¹⁵ A Marinha, principal destinatária da produção, já possuía instalações no Rio de Janeiro, o que confere um caráter complementar entre a baía da Guanabara e a baía de Ilha Grande.

implantação desses empreendimentos, seja ele o poder privado, através da construção de condomínios de luxo. Estes, por sua vez, são os verdadeiros bairros fechados em si mesmos, pouco dialogando com a população local e o resto do município. (SOUZA, 2003b, p. 45)

O município, no entanto, mantém a estrutura de circulação já delineada em 1950, com base nas ligações rodoviárias e ferroviárias com Barra Mansa e no porto de Angra. Uma nova organização espacial ocorrerá em função das mudanças. A construção da rodovia BR-101 na área “core” do país, tenciona unir os seus dois portos mais importantes (Rio e Santos), assim como as duas principais áreas metropolitanas (Grande Rio e Grande São Paulo). (BERTONCELLO, 1992).

Com a valorização dos espaços verdes na região da Costa Verde, acompanhada do turismo classe A, surge ainda nesta década de 70, a tentativa por parte do Governo Federal, de implementar agências de turismo como a EMBRATUR, alavancando o setor até então monopolizado pela iniciativa privada.

Em 1974 são iniciadas as obras de construção de um terminal marítimo da PETROBRÁS. O objetivo é atender a necessidade de um porto receptor do petróleo importado, livrando as instalações da empresa na baía de Guanabara. Os dutos que ligam o Terminal com as refinarias da empresa integram uma rede de escala nacional, alçando o local num espaço de fluxos nacional. (BERTONCELLO, op.cit, p. 81)

A localização das usinas nucleares em Angra dos Reis deve ser entendida no contexto de modernização brasileira. Além dos argumentos oficiais (a proximidade aos grandes centros consumidores – Rio e São Paulo, a disponibilidade de água para a refrigeração), as questões relacionadas à segurança, em função da presença militar, devem ser consideradas.

A usina nuclear de Angra I tem sua construção iniciada em 1972, operando somente em 1985. Para a construção desta usina foi necessária uma grande quantidade de mão-de-obra oriunda de diversos locais próximos de Angra ou até mesmo de municípios mais afastados. (SOUZA, 2003b)

Na década de 80, a continuação dos projetos de construção das Usinas Nucleares Angra II e III promove o crescimento do distrito de Mambucaba, com taxa de crescimento demográfico em torno de 7.7% ao ano. Paralelamente à construção da Usina Nuclear, foram erguidas vilas operárias atendendo aos operários mais qualificados, enquanto os operários que realizaram a construção são alocados nos bairros mais próximos, muitos dos quais sem infra-estrutura básica para a população¹⁶.

Com efeito, a atuação dos agentes e atores envolvidos na dinâmica territorial em Angra dos Reis implicou em um série de transformações no quadro demográfico e nas atividades econômicas presentes no município.

Nos anos 80, os dados a respeito da população mostram a permanência de tendências exibidas nas décadas anteriores: crescimento populacional com 60.000 habitantes em 1980 e taxa de 42.4 por mil de crescimento anual médio. Tal crescimento populacional resulta do fluxo migratório intenso em função dos projetos implantados.

Na década de 90, o distrito de Angra não conta mais com áreas de expansão.

¹⁶ SOUZA 2003b

Tabela 1 - População do Município de Angra dos Reis por distrito

Categoria	Pop. Total
Geral Município	90.877
1º Angra dos Reis	45.063
2º Cunhambebe	33.152
3º Ilha Grande	3.301
4º Mambucaba	9.115

Fonte: IBGE - Contagem populacional/1996

A densidade demográfica em 2000 é de 1260 habitantes por quilômetro quadrado. O Plano Diretor municipal impede a ocupação em áreas acima da altitude de 60 m. Tais fatores geram uma taxa de crescimento demográfico de apenas 0.5% nessa década.

Nessa mesma década temos a crise da construção naval, o espaço de Angra dos Reis não se encontra mais sob controle exclusivo do Estado, ainda que sua presença se faça sentir, o que permite o exercício do controle por outros atores, caracterizando novas relações de poder.

O Município de Angra dos Reis possui 814 Km², localiza-se na Região da Baía de Ilha Grande, entre Paraty e Mangaratiba, e nos últimos 20 anos vem se destacando por sua atividade turística, muito favorecida pelo seu relevo.

O relevo de Angra é caracterizado pela proximidade da Serra do Mar, que termina abruptamente junto ao oceano, formando uma costa rochosa recortada com diversas reentrâncias e pontões.

Foto 1 - Foto da baixada com a serra do mar ao fundo



O mapa a seguir expõe bem os recortes e a divisão política da região da baía de Ilha Grande, dando ênfase ao município de Angra dos Reis.

Mapa 1 - Contornos do Município de Angra dos Reis



FONTE: Fundação CIDE 2000.

O seu relevo não é absolutamente favorável ao desenvolvimento de aglomerados urbanos, uma vez que a região carece de espaços planos disponíveis para expansão dos núcleos urbanos. (STERNBERG In: Anuário Geográfico do Rio de Janeiro, 1961)

O município divide-se em quatro distritos com realidades bastante complexas.

Tabela 2 - Dimensões territoriais dos distritos de Angra dos Reis

Distrito	Área/Km2	%
1º Angra dos Reis	114	13.92
2º Cunhambebe	363	44.32
3º Ilha Grande	187	22.83
4º Mambucaba	155	18.93
Total	819	100.00

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Planejamento Territorial, 2000.

Outra característica bastante marcante do município é sua dimensão insular

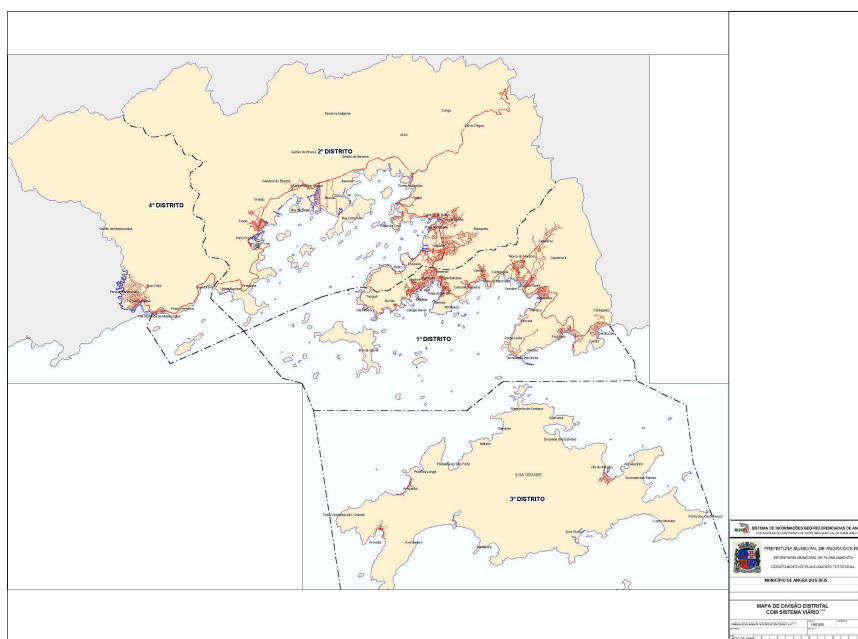
Tabela 3 - Dimensões territoriais do município de Angra dos Reis

ÁREAS	KM²	%
Município de Angra dos Reis	819	100
Município - parte Continental	626	76,43
Município - parte Insular	193	23,57

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Planejamento Territorial, 2000.

Pode-se observar bem a divisão e a dimensão territorial dos distritos do município de Angra dos Reis no mapa 2 a seguir.

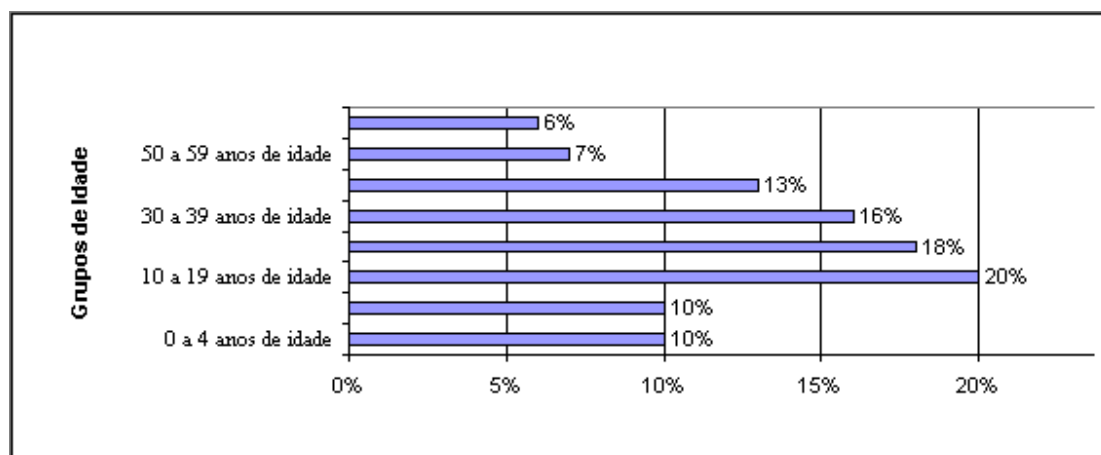
Mapa 2 – Divisão distrital do município de Angra dos Reis



Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 2000

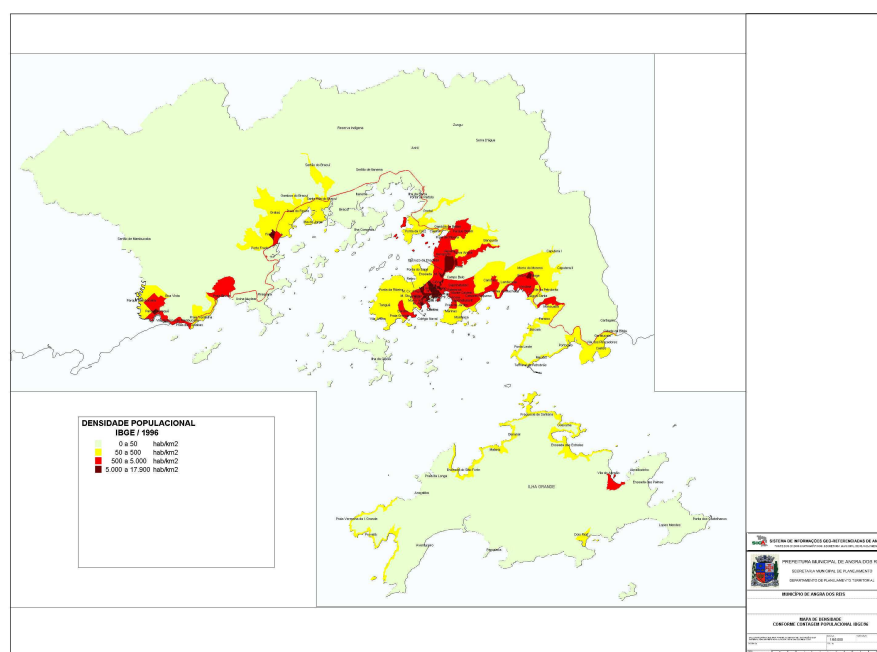
Em relação às características demográficas, o município de Angra dos Reis apresenta a taxa de crescimento vegetativo de 1,39 em 1991 e 2000. Segundo o Censo 2000 a população é de 119.247 habitantes, sendo 60.089 homens (50,3%) e 59.158 mulheres (49,7%). Esta população está localizada principalmente na área urbana 96%.

Gráfico 1 - Distribuição da população residente em Angra dos Reis, segundo os grupos etários – 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Mapa 4 – Densidade Populacional do município de Angra dos Reis



Fonte: Contagem populacional, IBGE, 1996.

Em relação a distribuição etária do município, observa-se uma população bastante jovem, onde 20% da população tem menos de 10 anos de idade, 18% estão na faixa etária entre 10 a 19 anos de idade e 16 % possuem idade entre 20 e 29 anos.

Ao analisarmos essa distribuição etária, percebemos uma sociedade em pleno desenvolvimento, com aproximadamente 74% da população considerada em idade ativa.

Em relação às características do domicílio, o município possui 50.604 domicílios, sendo destes, 65% domicílios particulares em situação de ocupados.

As tabelas a seguir expressam a situação dos domicílios em Angra dos Reis:

Tabela 4 - Distribuição dos domicílios em Angra dos Reis, segundo situação urbana e rural-2000

Situação de Domicílio	Nº de Domicílios
Urbana	48594
Rural	2010
Total	50604

Fonte: IBGE, CENSO 2000

Tabela 5 - Distribuição dos domicílios em Angra dos Reis, segundo situação urbana e rural, por ocupação-2000

Domicílios Particulares								
Total			Ocupados			Desocupados		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
50384	48377	2007	32796	31531	1265	17588	16846	742

Fonte: IBGE, CENSO 2000

Com relação aos domicílios não ocupados, 60% são de uso ocasional, em sua maioria como segunda residência, sendo que apenas 36% estão vagos. É importante ressaltar que a distribuição destes domicílios dentre as áreas urbanas e rurais segue a tendência do município, pois apenas 0,3% dos domicílios vagos estão na área rural. Isso reflete mais uma vez o grau de urbanização que o município de Angra dos Reis atingiu nos últimos anos. Como já visto, esse processo foi impulsionado nas últimas décadas pela construção da BR 101 e dos grandes empreendimentos, sejam eles, públicos ou privados, como: as usinas nucleares e os projetos voltados ao turismo.

Tabela 6 - Domicílios não ocupados segundo situação: fechado, uso ocasional ou vagos.

DOMICÍLIOS PARTICULARES NÃO OCUPADOS	Nº Absolutos	%
Domicílios particulares não ocupados – fechados	729	4%
Domicílios particulares não ocupados - uso ocasional	10530	60%
Domicílios particulares não ocupados – vagos	6329	36%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

É importante observar a preponderância dos domicílios não ocupados de uso ocasional no município, como já exposto, este fato pode representar o fenômeno da segunda residência, a qual está diretamente ligada e, de certo modo, impulsiona a atividade turística de grande intensidade e relevância para economia do município da Angra dos Reis.

O processo de urbanização em Angra dos Reis, atualmente atinge 96% dos domicílios, contudo os indicadores foram coletados apenas com dados sobre os domicílios permanentes, que acumulam um total de 32.721 domicílios, cerca de 65% dos domicílios.

Observa-se também um baixo índice domicílios particulares com esgotamento sanitário, por outro lado, a cobertura de coleta de lixo abarca quase todo município.

Tabela 7 - Domicílios Particulares permanentes, por esgotamento, abastecimento de água e destino do lixo- 2000

Domicílios Particulares Permanentes		
Com banheiro ou sanitário –esgotamento sanitário–	Rede Geral de abastecimento de água	Coleta de Lixo
48%	86%	96%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Ao observarmos as atividades econômicas, percebemos que o município de Angra dos Reis apresenta uma grande variedade. Através dos dados disponibilizados no Site Cidades do IBGE/CENSO 2000, observa-se um grande número de unidades locais divididas por grupos de atividade.

O comércio e a prestação de serviços de reparação de automotores, objetos pessoais e domésticos foram as atividades mais representativas, com 1359 unidades locais, dentre estas também estão os prestadores de serviços autônomos.

A segunda atividade mais representativa foi a de alojamento e alimentação, com 501 unidades locais, seguida das atividades imobiliárias com 257 unidades. Esses dados refletem o potencial e a importância econômica das atividades turísticas locais.

Tabela 8 - Unidades locais, por grupo de atividades e inatividade-2000

Unidades locais por atividade	Total	Sem pessoal ocupado	Proporção de inatividade
Empresas com CNPJ	2815	573	20%
Agricultura; pecuária; silvicultura e exploração florestal;	7	2	29%
Pesca	4	1	25%
Indústrias extrativas	10	1	10%
Indústrias de transformação	114	21	18%
Produção e distribuição de eletricidade; gás e água	1	0	0%
Construção	126	23	18%
Comércio; reparação de veículos automotores; objetos pessoais e domésticos	1359	200	15%
Alojamento e alimentação	501	93	19%
Transporte; armazenagem e comunicações	73	24	33%
Intermediação financeira	22	7	32%
Atividades imobiliárias; aluguéis e serviços prestados às empresas	257	50	19%
Administração pública; defesa e seguridade social	4	0	0%
Educação	57	21	37%
Saúde e serviços sociais	30	7	23%
Outros serviços coletivos; sociais e pessoais	242	123	51%

Fonte: IBGE- Censo Demográfico 2000

Nesta tabela observa-se a inatividade de cada grupo, essa inatividade foi atribuída ao número de unidades locais sem pessoal ocupado, ou seja, que não estavam desempenhando atividades.

As atividades que apresentaram maior proporção de inatividade foram os serviços coletivos, sociais pessoais e outros serviços com 51% de unidades sem pessoal ocupado. Seguido pela educação 37% e pelo setor de transportes 33%.

Com relação ao pessoal ocupado a situação se inverte, o setor que possui maior percentual de pessoal ocupado é o de construção civil, com 23% do total.

As outras atividades que mais oferecem postos de ocupação são respectivamente: o setor de comércio e serviços com 19%, administração pública e seguridade social com 18% e o setor imobiliário com 16% do pessoal ocupado.

A tabela a seguir apresenta a distribuição completa com os percentuais por grupo de atividade.

Observa-se então, uma grande concentração de ocupação no setor de serviços, muito influenciado pelo turismo, que como já visto, destaca-se como atividade econômica predominante no município.

Tabela 9 - Pessoal ocupado nas Unidades Locais de Angra dos Reis, por grupos de atividades-2000

Pessoal Ocupado nas unidades Locais do Município	Nº Absolutos	%
Pessoal ocupado - unidades locais	22881	100
Pessoal ocupado na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	36	0%
Pessoal ocupado na pesca	19	0%
Pessoal ocupado nas indústrias extrativas	43	0%
Pessoal ocupado nas indústrias de transformação	502	2%
Pessoal ocupado na produção e distribuição de eletricidade, gás e água	53	0%
Pessoal ocupado na construção	5276	23%
Pessoal ocupado no comércio; reparação de veículos automotores - objetos pessoais e domésticos	4456	19%
Pessoal ocupado em alojamento e alimentação	1808	8%
Pessoal ocupado transporte- armazenagem e comunicações	1164	5%
Pessoal ocupado intermediação financeira	165	1%
Pessoal ocupado atividades imobiliárias- aluguéis e serviços prestados às empresas	3640	16%
Pessoal ocupado administração pública-defesa e seguridade social	4031	18%
Pessoal ocupado em educação	354	2%
Pessoal ocupado na saúde e serviços sociais	551	2%
Pessoal ocupado em outros serviços coletivos, sociais e pessoais	783	3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

4.2. A (re) apropriação do espaço pelo Turismo

É importante salientar que o turismo não é um fenômeno capaz de ser entendido por si só, pois na verdade se constitui numa conjugação de diversas atividades econômicas que, de diferentes formas, acabam por atuar na organização e configuração do território em suas diversas escalas.

Portanto, esse capítulo pretende discutir a dinâmica territorial de Angra dos Reis, focalizando em especial a atividade turística. Para isso, buscar-se-á fazer uma breve revisão teórica sobre o turismo, tendo em vista ser um campo de conhecimento que ainda carece de reflexões mais aprofundadas. Neste sentido, podemos dizer que a principal contribuição deste capítulo, é o entendimento da importância que o turismo tem na configuração territorial de Angra dos Reis, pois o que se pretende é criar uma tipificação da atividade turística, no intuito de se analisar as formas de apropriação espacial dessa importante atividade econômica.

Além de se mostrar como fonte de lazer, com resgate da valorização dos bens naturais e culturais, e ainda, redefinidor de espaços, o turismo é uma das principais alternativas de atividade econômica dentro das várias funções produtivas da sociedade.

Dentre as diversas concepções do significado do turismo, destacamos algumas utilizadas pelas principais instituições que atuam na área.

Para a Associação Internacional de Especialistas em Ciência do Turismo (AIEST), que adotou o conceito criado por Hunzike e Krapt, citado por Barreto :

Turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa. (1995, p.19)

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo como a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário, motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

Segundo Lage turismo é:

um conjunto de diversas atividades econômicas, incluindo transporte, hospedagem, agenciamento de viagens e práticas de lazer, além de outras ações mercadológicas que produzem riquezas e geram empregos para muitas regiões e países. (1998, p. 24)

Para Ueda e Vigo (1997), turismo pode ser entendido como um fenômeno econômico, político, social, cultural e ambiental cujos componentes básicos para a reflexão são o homem, o espaço e o tempo, sendo fácil observar a existência desses três elementos na grande maioria dos conceitos de turismo.

Segundo Andrade:

O homem, o espaço e o tempo constituem os três pré-requisitos para qualquer reflexão equilibrada sobre o fenômeno [...] porque sem sua tríplice existência e sua permanente ocorrência não há possibilidade alguma de existir, lógica e ontologicamente, qualquer manifestação do fenômeno turístico. (1992, p.12)

Apesar de não existir um conceito único de turismo, pode-se observar, a partir dos conceitos apresentados, que turismo significa o deslocamento do homem, voluntariamente para fora do local habitual de residência, sem, no entanto, exercer nenhuma atividade lucrativa. Destacando-se assim, algumas categorias de turismo que vêm sendo desenvolvidas na atualidade em diversas regiões do mundo: turismo de negócios, turismo

desportivo, turismo de aventuras, turismo religioso, turismo cultural, turismo científico, turismo gastronômico, turismo estudantil, turismo de congressos, turismo de saúde, turismo ecológico, dentre outras.

Os conceitos e classificações levam ao entendimento do turismo como uma atividade com reflexos nas esferas econômica, sócio-cultural e no meio natural. Na economia destacam-se: geração de divisas, emprego e renda, valorização de lugares e especulação imobiliária, dentre outras. Nos aspectos sócio-culturais ganham importância: mobilidade social, alterações na qualidade de vida e no acesso a bens e serviços, valorização do patrimônio histórico e da cultura e outros, decorrentes da implantação de atividades econômicas e da interação de diferentes culturas. No meio natural podem ocorrer impactos devido a alteração do uso do solo, implantação de infra-estrutura e outros, fruto da maior interação do homem com a natureza.

A gestão de um projeto de desenvolvimento turístico requer ações integradas entre os setores públicos, privados e da sociedade civil organizada. O setor público deve responsabilizar-se pela difusão e promoção do patrimônio, fomento de políticas definidoras da atividade, identificação e preservação de lugares históricos sociais e naturais, além da regulamentação de normas de uso desse patrimônio. O setor privado deve, muitas vezes em conjunto com o setor público, investir no setor de turismo no sentido de fornecer subsídios para o desenvolvimento da atividade e conseqüentemente para o desenvolvimento local, através da melhoria da qualidade de vida e de justiça social no lugar onde se insere. Já a sociedade civil organizada, tem papel fundamental no desenvolvimento do setor turístico em escala local, pois dela provém principalmente, a mão de obra, os serviços e os atrativos culturais os quais os turistas necessitam e buscam no lugar.

Para Becker (1996), a atividade turística representa para o Brasil um importante elemento na economia, enquanto fonte de divisas. No entanto, apesar dessa atividade apresentar um crescimento recente, ela se deu de forma desordenada, sem levar em consideração o surgimento de problemas ambientais, embora exista legislação que estabelece a relação entre o turismo e o meio ambiente - as constituições nas duas esferas do poder público federal, estadual, a lei orgânica municipal, a lei de crimes ambientais, a política nacional de turismo, dentre outras.

Na história das políticas públicas de turismo no país, a intervenção estatal restringiu-se às modalidades de 'indução' (fomento) e de 'controle' (regulamentação) e, obedecendo a uma tendência neoliberal de anulação do Estado empreendedor, cada vez menos à forma de 'participação' (BECKER, 1996, p.31)

No Brasil, pode-se traçar um marco da atividade turística a partir da criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923, sendo que neste país, o turismo surgiu vinculado ao lazer, diferentemente da Europa, onde ele se desenvolveu ligado aos aspectos educacionais e aventureiros (BARRETO,1995).

Apesar de o poder público federal esboçar, ainda na década de 50, uma clara preocupação com a organização do setor, a primeira política nacional de turismo objetivamente consubstanciada surgiu apenas em 1966, com o Decreto-lei n. 55. Embora tenha sido criado, por meio desse diploma legal, o Sistema Nacional de Turismo (composto pela Embratur, Cntur e envolvendo o Ministério das Relações Exteriores), que objetivava organizar o setor compreendendo toda sua complexidade, esse esforço por parte do Estado, acabou por restringir-se a um outro aspecto isolado de atividade, privilegiando historicamente o setor hoteleiro. Isto se deveu, entre outros fatores, à ausência de uma linha de continuidade em termos de gestão pública do turismo.

Em termos de política nacional de turismo, outro grande marco histórico como ações deflagradas em 1966, ocorre apenas 25 anos mais tarde, quando são promulgados a Lei n. 8.181/91 e o Decreto n. 448/92 que são novas tentativas públicas no âmbito federal voltadas à definição de uma política objetiva para o setor de turismo. São esses diplomas legais que vão dar as bases jurídicas para a Política Nacional de Turismo 1996-99, instituída pelo governo federal. Em 31 de dezembro de 1999 o referido documento deixou de ter validade, sendo assim realinhado no ano 2000 com o Plano Plurianual de Ação do governo federal.

Apesar desse importante avanço em busca de políticas voltadas para a atividade turística, pode-se dizer que a história das Políticas Públicas de Turismo no Brasil nos revela que a articulação com as outras políticas setoriais praticamente inexistiu, prejudicando e muito a implementação e o desenvolvimento dessa importante atividade econômica.

O turismo movimenta, segundo o texto da Política Nacional de Turismo (1996-99), 52 setores da economia. Portanto, a complementaridade entre as diferentes estratégias políticas é de fundamental importância para o desenvolvimento do setor turístico, como exemplos temos: a relação entre o setor de turismo com o de transporte, o diálogo entre as políticas de turismo e a política urbana, entre outros.

É necessário, portanto que haja uma articulação da política de turismo com outras políticas setoriais que tangenciam todo o tempo o desenvolvimento do setor, como é o caso da política de transporte, de políticas urbanas e das políticas de proteção aos patrimônios naturais e culturais.

O governo federal criou em novembro de 2003 o Ministério do Turismo, com o objetivo principal de recuperar a queda da atividade em âmbito internacional. Dados da diretoria de estudos e pesquisas da Embratur indicam que o turismo (nacional e

internacional) tem piorado no país a cada ano. Em 2000, 5,3 milhões de estrangeiros visitaram o Brasil. Este número caiu para 4,7 milhões em 2001 e 3,7 milhões em 2002. Para aumentar o fluxo, o governo lançou o Plano Nacional do Turismo, no intuito de se alcançar, em 2007, a marca de 7 milhões de turistas. Dentre as medidas do plano estão: a participação do país em feiras internacionais do setor, a melhoria da qualidade das estradas, maior disponibilidade dos vôos e a maior integração com países do Mercosul e da África.

A Política Nacional do Turismo poderá contribuir para democratizar o acesso ao turismo, aumentar o fluxo turístico, difundir novos pontos turísticos, promover a diminuição das desigualdades regionais, gerar emprego e renda, integrar ao mercado de trabalho um contingente populacional de baixa qualificação profissional e facilitar a consecução do desenvolvimento sustentável de áreas com destacado patrimônio ambiental, além de servir como instrumento para melhorar as condições de competitividade do país no panorama global.

Como vimos, a construção da BR-101, iniciada em 1972 ligando São Paulo e Rio de Janeiro pelo litoral e concluída em 1974, estimulou o desenvolvimento do turismo, principal atividade econômica do município. Porém, o marco da expansão da atividade turística foi na década de 80, a partir da facilidade de acesso e da valorização de ambientes preservados pela população metropolitana.

A EMBRATUR teve, no planejamento e gestão do projeto turístico de Angra dos Reis, como objetivo fazer de Angra um pólo turístico de classe AA¹⁷, atingindo a população de alta renda das metrópoles carioca e paulistana, bem como o turismo internacional. Porém, o projeto assumiu plenamente seu caráter industrial a partir da diversificação de empreendimentos, dos "pacotes turísticos", e de sua articulação com outros serviços

¹⁷ Categoria turística voltado à população de alto estrato social.

urbanos. O turismo se transformou então em uma atividade contraditória, pois a partir da necessidade de grandes glebas de terra para construção destes empreendimentos hoteleiros, surgiram constantes embates pela posse de territórios, resultando na expansão do processo de segregação sócio-espacial do município.

Segundo dados da Secretaria Municipal de desenvolvimento econômico, o município de Angra dos Reis é um dos pólos turísticos mais importantes do Estado do Rio de Janeiro. A rede hoteleira conta com 5900 leitos distribuídos em 258 estabelecimentos, terceiro lugar no estado, estando apenas atrás dos municípios do Rio de Janeiro e Armação de Búzios.

Como o turismo é uma atividade econômica que congrega várias outras, fica extremamente complicado medirmos o grau de ocupação voltada à atividade turística, todavia, segundo o anuário estatístico da fundação CIDE de 2003, o município de Angra dos Reis encontra-se em 13º lugar no percentual de trabalhadores voltados diretamente à atividade turística.

A partir de então, podemos fazer uma breve análise da situação do turismo em Angra dos Reis, destacando-se em terceiro lugar em estabelecimentos hoteleiros no estado, 36º no IDH e 13º no percentual de trabalhadores voltados ao turismo, principal atividade econômica local.

No entanto, vale ressaltar que a atividade turística é extremamente complexa, envolvendo diversos setores da economia nas diversas escalas. Portanto, o maior objetivo dessa pesquisa é de analisar a configuração territorial de Angra dos Reis em função da atividade turística, articulando conceitos e apontando para formação de novas territorialidades. Todavia, é importante explicitar que para se entender as estratégias de apropriação espacial dos agentes ligados à atividade turística, é fundamental que se analise

outros fatores relacionados à posição e à características físicas do município, contribuindo assim na análise dos processos relacionados à organização territorial local e regional.

4.3 A emergência de novas territorialidades

Segundo dados da fundação CIDE¹⁸, o turismo é hoje a principal atividade econômica do município de Angra dos Reis, no entanto, verifica-se a formação de territorialidades impulsionadas por essa atividade tão complexa e contraditória.

Vale lembrar que o espaço urbano no município de Angra dos Reis, é extremamente fragmentado devido às características físicas local, influenciando assim nas formas de apropriação do espaço por parte dos diferentes agentes sociais e conseqüentemente na configuração territorial do município.

Buscou-se então, elaborar um esquema no intuito de sintetizar, apontar e analisar a formação de territorialidades geradas por fatores e agentes ligados ao turismo e às características físicas locais.

Para isso, criamos e plotamos no esquema, categorias turísticas capazes de explicitar grande parte da dimensão e complexidade de relações existentes entre a realidade do município e a realidade da atividade turística local, que apresenta-se totalmente à mercê de parte da elite brasileira, principalmente provindas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

São doces as preocupações da parcela exclusiva da elite brasileira que freqüenta o verão em Angra dos Reis,. Vai ter sol neste fim de semana? O barco já está na água? O marinheiro

¹⁸ Vide anuário estatístico da Fundação CIDE 2003.

colocou o champanhe para gelar? Vou conseguir convite para festa de hoje? Esse cotidiano de Olívia Borges, 21, estilista recém-formada de Belo Horizonte, começa numa das casas do condomínio localizado no interior do Hotel do Frade Golfe & Resort, numa das baías de Angra, R\$ 500 mil em média a unidade, todas com entradas separadas para barco – no caso dela, uma lancha Cabrasmar de 50 pés que vale cerca de US\$100 mil. Seus colegas são filhos de milionários paulistas e cariocas, que vivem em ilhas de até 300 mil metros quadrados cujos valores chegam a US\$5 milhões e que, graças a um instrumento jurídico da época do império Romano, pagam entre R\$ 5000 e R\$12 mil de tributo por ano ao governo. Do Frade, o primeiro conglomerado de luxo a surgir na região saem nove de cada dez lanchas que singram o mar azul e transparente do arquipélago de 365 ilhas, que quase não conta com praias no continente, o que o torna exclusivista por natureza – barco é claro de se ter, e ilha, de se manter. (Folha de São Paulo, pág.C8, 01/02/04)

Nesse trecho da reportagem, percebemos a disparidade ocorrida no município que atrai, por suas 365 belas ilhas, milhares de turistas que compõem parte da elite brasileira. Por outro lado, a população local, que vive em sua maioria na parte continental do município, sofre cotidianamente com diversos problemas de cunho social econômico e territorial, refletindo assim, na questão urbana local.

Os freqüentadores dessas águas ficam de frente para o mar e de costas para uma cidade pobre, Angra dos Reis, 120 mil habitantes, 0,772 de IDH, 36º do Rio, 1268º do Brasil. As encostas do povoado, antes tomadas pela mata Atlântica, hoje abrigam favelas. (Folha de São Paulo, pág.C8, 01/02/04)

Percebe-se então, através desses dois trechos da reportagem, que existe uma forte relação entre a atividade turística e o quadro de segregação sócio-espacial existente no município, pois, na verdade, o turismo insular em Angra dos Reis é o ápice da auto-segregação do lazer. Na parte continental, verifica-se também um grande isolamento dos turistas que buscam se aglomerar nos grandes *resorts* ou em condomínios fechados, localizados nas melhores praias continentais do município. Todavia, verificou-se outros

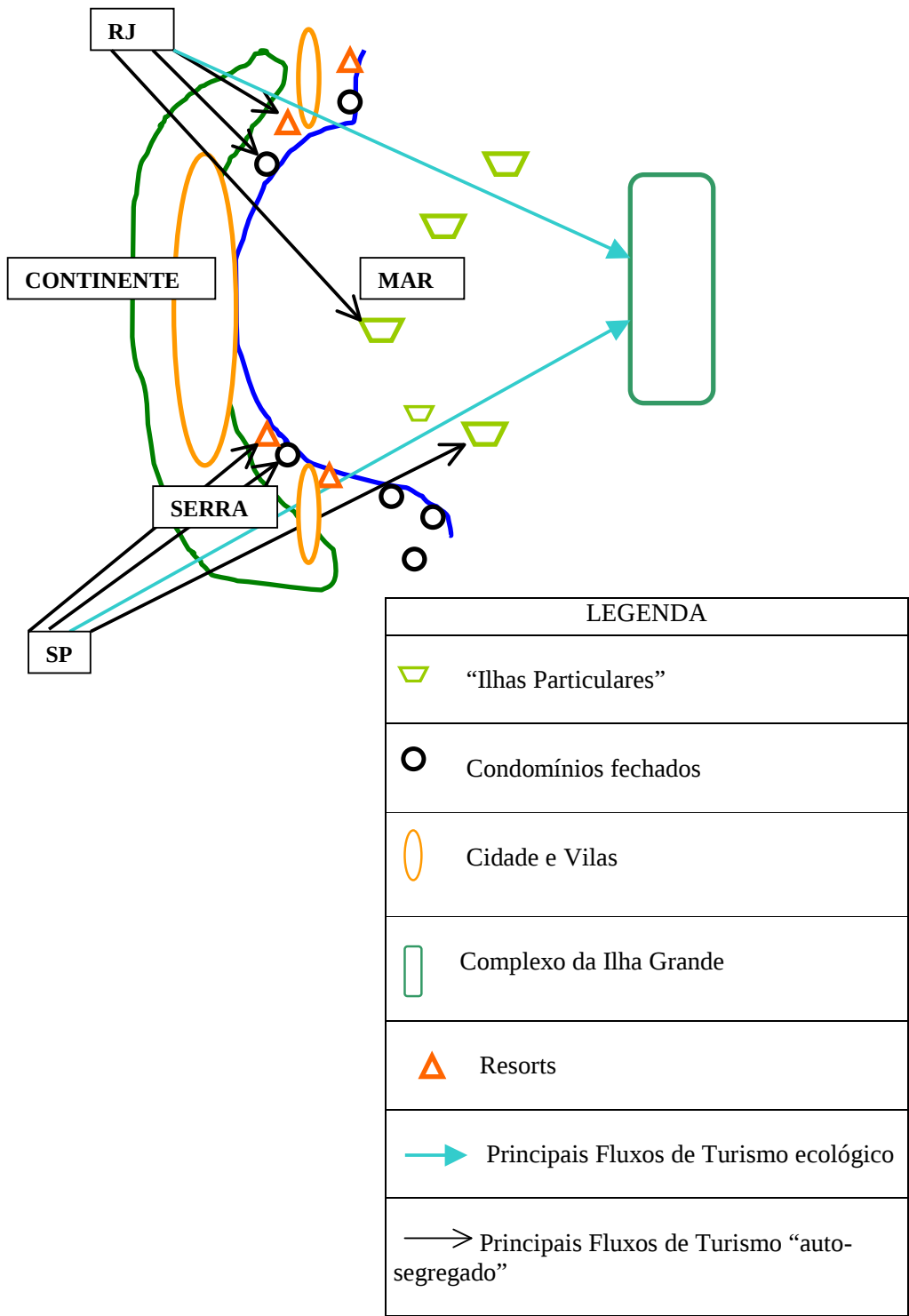
modelos de turismo no local, um deles é o ecológico, localizado principalmente em Ilha Grande, onde jovens provindos principalmente das metrópoles paulistana e carioca, buscam um lazer mais aventureiro e alternativo.

É importante salientar que chamamos no esquema o distrito de Ilha Grande de Complexo, pois sintetiza e concentra todos os processos aqui apontados, sendo assim, merecedor de estudos mais verticalizados, de modo a apontar e aprofundar as singularidades observadas no local.

Como já visto, do ponto de vista físico o município de Angra dos Reis apresenta, em sua área continental, um sítio bastante irregular, gerando assim conflitos por terras e ocupações irregulares nas encostas adjacentes. Por outro lado, em sua parte insular, a não ser o caso do ‘Complexo de Ilha Grande’, observa-se uma total apropriação das ilhas por parte da elite brasileira em busca de lazer.

No intuito de se discutir e analisar melhor a configuração do território angrense em função de suas já discutidas particularidades físicas e de sua principal atividade econômica, qual seja, o turismo, criou-se um esquema capaz de sintetizar e apontar de forma genérica a especificidade da segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis.

Esquema 1- SÍNTESE DAS TERRITORIALIDADES DO TURISMO EM ANGRA DOS REIS



O esquema acima trabalha com a idéia que tem sido discutida ao longo de toda a pesquisa, que é de apontar particularidades na organização territorial de Angra dos Reis a partir de suas características físicas e da influência da atividade turística. É importante frisar que procurou-se trabalhar de forma bastante clara a questão da organização interna em escala municipal.

A princípio, buscou-se representar a cidade e as vilas onde predominam a população nativa ou migrante, que estabeleceram residência fixa no município de Angra dos Reis. Essas áreas são as principais responsáveis pelos índices e indicadores sociais, econômicos e ambientais, refletindo assim, toda problemática urbana verificada e apontada no município. Como já visto, Angra dos Reis tem sérios problemas relacionados à favelização crescente das encostas, resultado e resultante de diversos problemas de ordem política, econômica, social e territorial.

Por outro lado, ainda na parte continental do município, observamos diversos hotéis, mais conhecidos como *resorts* os quais os turistas usufruem de total conforto e se ocupam em atividades elaboradas pelo próprio hotel, afastando assim, qualquer hipótese de contato do turista com a realidade do município, afinal de contas, é de belas paisagens que os turistas estão atrás.

Outro fato interessante de se levantar é a enorme quantidade de condomínios fechados que dividem com os *resorts* as melhores praias continentais do município. Eles são compostos, em sua maioria, por segundas residências habitadas no verão pela população de alta renda de fora do município.

Os turistas chegam de barco aqui, vindos do Guarujá e Ubatuba, em São Paulo, e mesmo do Rio, ou de helicópteros, que decolam de todos os lugares e pousam nos condomínios. São superiates como o Deslize, com helicóptero acoplado, valendo US\$ 10 milhões – irmão quase gêmeo do “Pilar Rossi”, do ex campeão de

F1 Nelson Piquet, onde passeava, na semana passada, o casal Garotinho. (Folha de São Paulo, pág.C8, 01/02/04).

Ao analisarmos a parte insular do município que corresponde à aproximadamente 24% do território, percebemos uma total apropriação por parte dos turistas de demanda solvável. Todavia, o ‘Complexo de Ilha Grande’, que engloba visitantes dos mais diferentes estratos de renda, apresenta-se de modo bastante particular, singularizando todos os processos até aqui estudado.

As “ilhas particulares” de Angra dos Reis são tipos bastante peculiares de apropriação do território.

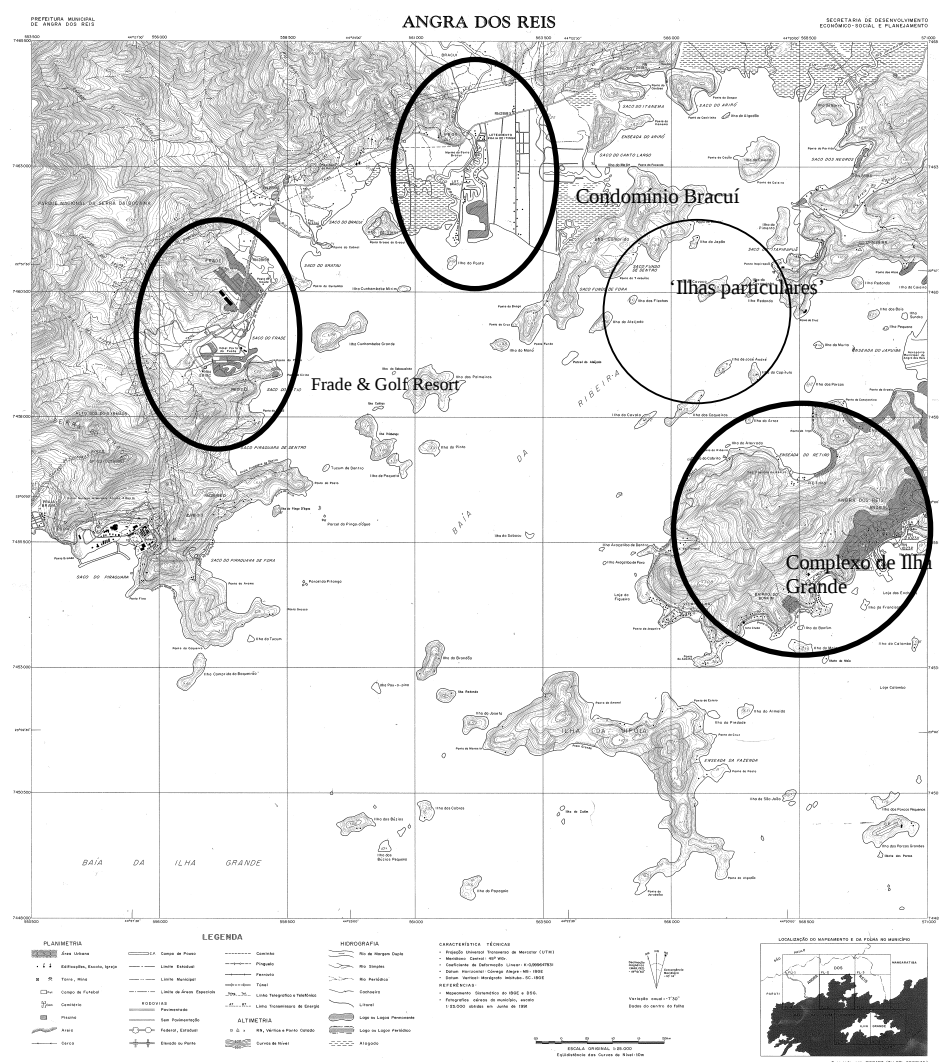
(...) a ilha Japão estava anunciada a US\$ 1,5 milhão. Pela dos Porcos Pequena se pedia US\$ 3,5 milhões. Só que, na verdade, ninguém é dono de nada. A Constituição define que todas as ilhas são da União. As pessoas podem, porém, obter o direito de uso de uma, por meio de um instituto jurídico chamado enfiteuse, surgido durante o Império Romano, que transfere a posse mediante o pagamento de uma taxa anual à União, chamada foro. Essa taxa é calculada à proporção de 0,6% do valor de avaliação do terreno, sem benfeitorias. Se os valores todos em Angra são superlativos, os tributos pagos são insignificantes. Os “donos” de ilhas costumam desembolsar entre R\$5000 e R\$12000 por ano ao governo. A dos Porcos Grande, por exemplo, que tem 300 mil metros quadrados, rende aos cofres federais R\$7000. (Folha de São Paulo, pág.C8, 01/02/04)

Percebemos então que existe a formação de territorialidades provindas do modelo elaborado pela EMBRATUR, logo após a construção da rodovia Rio-Santos na década de 70, cujo objetivo era de fazer de Angra um pólo turístico de classe AA atingindo a população de alta renda das metrópoles carioca e paulista, e do turismo internacional.

Ao cruzarmos o esquema 1 criado com o que chamamos de mapa 6 abaixo, observamos claramente na parte continental do município, uma apropriação e concentração fundiária das áreas de baixada por parte dos condomínios fechados como o *Bracuí* e dos *resorts* como o *Hotel do Frade & Golf Resort* apontados abaixo. Por outro lado,

observamos a imensa quantidade de ilhas particulares e o ‘Complexo da Ilha Grande’, que como já exposto singulariza todos os processos aqui analisados. Sendo assim, podemos dizer que a especificidade do quadro físico local, evidenciado na carta topográfica abaixo, aliado aos modelos de gestão e planejamento territoriais implementados no município, contribuíram, de forma bastante evidente para a atual configuração espacial apontada no município.

Mapa 5 - Carta topográfica do município de Angra dos Reis (Folha 5)



Fonte: IBGE, 1991

Enfim, o esquema criado pretende demonstrar a relação existente entre as características físicas e principalmente a atividade turística na formação de novas territorialidades. Reparamos que os fluxos turísticos são, em sua grande parte, direcionados às territorialidades criadas em função do mercado.

Este fato levanta algumas questões do tipo: até que ponto o estilo de turismo observado, contribui com o desenvolvimento local? Quais os principais agentes responsáveis pela atual configuração espacial do município? Existe alguma forma de amenizar o quadro de segregação sócio-espacial gerado em função da atividade turística? Qual a importância do turismo inclusivo para o desenvolvimento local?

Quando pensamos no turismo de modo mais genérico, o definimos como um fenômeno composto por diversas atividades econômicas, cujo objetivo maior é proporcionar lazer ao turista e conseqüentemente gerar desenvolvimento sócio-econômico ao local receptor.

Vimos que no caso do município de Angra de Reis, existem especificidades do ponto de vista físico e estrutural, que acabam por gerar conflitos de ordem social e espacial, os quais culminam na atual organização e configuração territorial local. Ao observar o esquema, podemos reforçar os conceitos de fixos e fluxos no estudo do movimento das contradições do espaço geográfico (SANTOS, 1988).

A organização do território, verificado em função da atividade turística, que em muito é resultado das características físicas do município de Angra dos Reis, nos faz repensar todos os conceitos até aqui discutidos.

Quando analisamos os agentes e atores sociais responsáveis pela modelagem do espaço urbano local, verificamos uma gama enorme de agentes e atores ligados principalmente à atividade turística. Ao analisarmos cada territorialidade observada e

levantada, percebemos que em sua maioria estão voltadas à principal atividade econômica do município.

Os condomínios fechados, em sua maior parte utilizados como segunda residência por turistas de alta renda, são resultados, principalmente, de atividades ligadas à construção civil, o que envolve, em especial, grandes incorporadoras imobiliárias, sobretudo, advindas das metrópoles paulistana e carioca. Ao analisarmos as ações desses agentes, percebemos que existem grandes conflitos por terras que possuem certas amenidades, envolvendo assim agentes como o Estado, que em suas diversas instâncias, acaba, na maioria das vezes, por atuar de diferentes maneiras em favor do poderoso *lobby* ligado à incorporação imobiliária.

Outro *lobby* extremamente forte no município é o hoteleiro. Responsável pela inserção do modelo de turismo hoteleiro ‘auto-segregado’ de *resorts*, é composto por diversos agentes nacionais e internacionais que atuam no ramo.

Podemos destacar então a idéia de Santos (1994), que procura mostrar como a dialética está presente em tudo e a contradição a rege. O mundo da globalização doente é contrariado no lugar e o espaço mundial existe apenas como metáfora. Para Santos (1994), quanto mais os lugares se globalizam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo, que os elementos componentes do território têm em um determinado lugar, não será encontrado em nenhum outro. Assim, a própria globalização acaba por produzir a fragmentação.

A implantação dos *resorts* em Angra dos Reis acaba por tornar o modelo de turismo hoteleiro local em algo extremamente auto-segregado, onde o turista busca belas paisagens e diversão em um ambiente fechado, semelhante a qualquer *resort* do mundo, os quais possuem o mínimo de contato com a realidade e identidade do local onde estão instalados. Na verdade os *resorts* podem ser considerados aquilo que Augé (2003) chama de não-lugar,

ou seja, se um lugar pode ser definir como ‘identitário’, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico se define como um não-lugar.

Quanto ao turismo insular verificado em Angra dos Reis, percebemos duas situações, uma é o caso do ‘Complexo de Ilha Grande’, que como já vimos, é merecedor de um estudo mais verticalizado pois singulariza todos os processos até aqui estudados, sendo assim, pode-se dizer que expressa bem a dinâmica espacial observada no município.

No caso das ‘Ilhas particulares’, verifica-se uma total particularidade na forma de apropriação do espaço. Como vimos, existem meios legais advindos da época do império romano, que permitem as ocupações e geram uma específica complexidade de relações, que envolvem de um lado o Estado e do outro os turistas, pertencentes à classe hegemônica. Ao analisarmos esse modo de organização do espaço insular de Angra dos Reis, percebemos uma absoluta auto-segregação provinda, sobretudo da atividade turística.

É importante deixar claro, que não existe uma preocupação central com o turista em si, o qual acaba sendo um agente secundário responsável pela organização do espaço local. Podemos dizer é que os agentes sociais ligados ao turismo, os quais, vem se tornando cada vez mais globais (sem compromissos com o território ao qual está instalado), merecem uma melhor classificação, pois, em casos como o de Angra dos Reis, acabam por influenciar e abalar de diversas formas, tanto a identidade como a organização do espaço local.

É nessa linha de raciocínio, que entramos na questão das territorialidades resultantes da atividade turística, no intuito de melhor analisar como o espaço urbano vem se organizando e sendo alvo de processos que só aumentam a disparidade social, exposta através da segregação sócio-espacial.

Quando nos referimos a fragmentação, entendemos, por um lado, no contexto desse estudo, a pontos do espaço intramunicipal territorializados por poderes paralelos ao Estado, que são protagonistas de atividades econômicas, principalmente ligadas ao turismo, se instalando e se apropriando assim, de locais que atendam às necessidades e exigências do mercado.

Portanto, tem-se em vista nessa análise a preocupação de refletir sobre o quadro de segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis, a partir do que passamos a chamar de um modelo de turismo auto-segregado, buscando assim, relacionar a principal atividade econômica local com a formação de territorialidades.

Ao contrário do já discutido conceito de fragmentação do tecido sócio-político espacial, percebemos que nosso foco de análise, parte de questões referentes à apropriação do espaço por parte das classes com o estrato de renda mais elevado, buscando assim, relacionar o complexo quadro de segregação sócio-espacial local ao modo de apropriação espacial ditado pela atividade turística. É importante deixar claro que essa seqüência de análise, deve-se ao fato do município de Angra dos Reis apresentar especificidades de cunho físico, social, político e econômico que resultaram em sua atual configuração territorial.

A análise das territorialidades apontadas (ilhas particulares, *resorts* e condomínios fechados), permite que resgatemos alguns conceitos capazes de colaborar no melhor entendimento da dinâmica espacial verificada em função da atividade turística.

Observou-se em Angra dos Reis uma espacialidade caracterizada e marcada por conflitos e pelo desafio atribuído ao Estado no controle territorial, pois o espaço municipal quer seja em sua parte continental ou insular, vem cada vez mais sendo ‘dominado’ por grupos que buscam se auto-segregarem, se apropriando de belas paisagens e amenidades em nome do mercado. Essa ‘territorialização do turismo’, levanta algumas questões

relacionadas às consequências sofridas pela população local no sentido de se pensar uma melhor maneira de apropriação dos recursos tomados pelo modelo de turismo apresentado, buscando assim utilizá-los na busca de soluções para a questão urbana no município.

Após apresentar aquilo que podemos chamar de quadro organizacional do espaço no município de Angra dos Reis, de pressupor e apontar algumas causas e efeitos do fenômeno estudado, passamos agora para uma discussão na qual buscar-se-á relacionar tudo o que foi trabalhado até aqui com os conceitos de gestão e planejamento territoriais e desenvolvimento urbano, de maneira a tentar melhor compreender a relação e contradição existente entre a atividade turística e processo de segregação sócio-espacial local.

Como vimos, para Sanches (1991) as relações de poder estão diretamente atreladas à (re) produção do espaço. Portanto, ao se pensar nos processos observados nessa pesquisa, percebe-se que a organização espacial em Angra dos Reis, está fortemente atrelada aos agentes ligados à principal atividade econômica local.

Sanches (1991) também chama atenção para importância da política como fator preponderante na gestão do poder sobre sociedade e o espaço. Deste modo, observamos que a política, de certa forma, legaliza e está atrelada aos interesses de alguns atores sociais frente a outros membros da sociedade, estando assim a mercê de parcela da classe dominante, ou seja, aqueles que possuem maior poder econômico acabam por assegurar sua hegemonia espacial sobre o resto das frações de classes.

Ao analisarmos a política sob uma ótica territorial, a preocupação e o controle do território, passam a exigir sua gestão. No caso de Angra, percebemos claramente que a política é pensada numa perspectiva econômica, gerando assim diferentes formas de intervenções, no intuito de se aproveitar e explorar ao máximo todos os recursos físicos e humanos integrados no processo econômico.

Podemos dizer que o maior desafio da gestão territorial seria o de controlar e adequar as relações de poder territorializadas, buscando então amenizar os conflitos de interesses emergentes principalmente em sociedades com um alto grau de desigualdade.

Todavia, ao analisarmos as espacialidades de Angra dos Reis, podemos dizer, que refletem claramente aquilo que Corrêa (1988) define como gestão das diferenças territoriais.

As territorialidades observadas em função da atividade turística, são resultados do controle da organização espacial pelos grupos hegemônicos que buscam garantir condição de produção e reprodução diferenciada do espaço para que o processo de acumulação se mantenha.

Entendemos que as territorialidades são maneiras com que diferentes agentes sociais dominam parcela do espaço. Desta forma, podemos dizer que essa pesquisa busca analisar as diferentes estratégias utilizadas por agentes sociais pertencentes à classe dominante que, apoiadas na atividade turística, acabam por reproduzir e aprofundar o processo de segregação sócio-espacial a partir da auto-segregação ou da formação de territorialidades bastante específicas.

Por outro lado, os efeitos são diversos, pois a população local acaba por não desfrutar totalmente dos recursos físicos e econômicos explorados e gerados pela atividade turística, desencadeando um quadro segregatório ainda mais abrangente e crítico.

Sem querer esgotar toda a discussão sobre o processo de segregação sócio-espacial em Angra dos Reis e no intuito de subsidiar com questões elementos para discussão, considera-se de fundamental importância o planejamento territorial e turístico, apoiado em ideais que busquem maior equidade social, econômica e territorial, para o desenvolvimento local.

Como vimos, o principal objetivo do planejamento é o de tentar simular os desdobramentos de um ou mais processos, com o objetivo de melhor se precaver contra possíveis problemas ou, inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios. O planejamento é entendido como a preparação para a gestão futura. Nessa linha de raciocínio podemos analisar a importância que existe entre a principal atividade econômica de Angra dos Reis para com o planejamento e o desenvolvimento local e regional.

Portanto, para se alcançar maior índice de qualidade de vida e justiça social em âmbito local, deve-se levar em conta a importância que o turismo tem na economia do município de Angra dos Reis, planejando e elaborando soluções em conjunto com todos os setores da sociedade, para que as futuras gestões e gerações possam conviver socialmente, economicamente e espacialmente em harmonia.

5. Considerações finais

Ao analisarmos a configuração espacial do município de Angra dos Reis, percebemos que existem diversos fatores responsáveis pelo desencadeamento da segregação sócio-espacial local.

Em primeiro lugar, podemos destacar a descontinuidade do espaço urbano em função do sítio bastante peculiar e característico da região.

O sítio e a posição do município, bastante atraentes e apropriados à prática do turismo, aliado às estratégias de apropriação espacial por parte dos agentes ligados à atividade turística, desencadeia na formação de territorialidades apontadas no estudo.

Portanto, observando a manifestação da segregação sócio-espacial, a partir do incremento da atividade turística no município, supõe-se que existe uma relação direta entre a formação de territorialidades relacionadas à prática de turismo implementada no local e o sítio urbano bastante característico da região.

No que concerne ao entendimento e desdobramento da pesquisa, pode-se dizer que este estudo contribuiu na análise da segregação sócio-espacial a partir do caso de Angra dos Reis, onde a posição, o sítio urbano e a apropriação espacial por parte dos agentes ligados à atividade turística, apresentam-se como fortes vetores na configuração territorial. Observa-se então, a presença de atores contemporâneos, que entram no jogo como grandes agentes empreendedores e modeladores do espaço local e regional.

É importante destacar que este trabalho abre possibilidades para que outros estudos relacionados à questão da segregação sócio-espacial e turismo em Angra dos Reis sejam desenvolvidos, já que o município em questão, ao longo da sua história, possui um quadro

bastante complexo referente à gestão territorial, expressando não só a realidade local, como também a do país, no que tange às assimetrias sociais, econômicas e espaciais.

É válido expor que o objetivo principal desse trabalho era entender a dinâmica territorial atual do município de Angra dos Reis, tendo como vetor estruturante o turismo, buscando assim, relacioná-lo com processos como o de segregação sócio-espacial, sem desconsiderar fatores como sítio urbano e posição, pois cada recorte físico é apropriado de forma bastante particular pelos agentes ligados a atividade turística.

Todavia o ‘Complexo de Ilha Grande’ é merecedor de um estudo verticalizado, pois após a desativação do presídio, passou a atrair uma série de atores sociais buscando territorializar-se no local.

Portanto, podemos dizer que o ‘Complexo de Ilha Grande’ singulariza todos os processos aqui estudados, contemplando assim, os conflitos reproduzidos em escala distrital.

É importante deixar claro que o conceito de turismo inclusivo pode surgir como uma saída a toda essa problemática aqui discutida, pois a idéia básica, é pensar o desenvolvimento econômico direcionado para a justiça social.

Numa primeira aproximação, o turismo inclusivo pode ser entendido como uma modalidade econômica, ambiental e socialmente sustentável, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social – via afirmação da identidade local, geração de trabalho e renda e desenvolvimento de ações educativas de valorização da diversidade e do patrimônio histórico, ambiental e cultural – através de empreendimentos turísticos que levem em consideração as necessidades e anseios identificados localmente, e que promovam o maior envolvimento possível entre visitados e visitantes dos mais diferentes segmentos sociais, em especial dos setores populares. (diagnóstico - COPPE/UFRJ, 2002).

Por fim, pode-se dizer que a contribuição aqui trazida, abre possibilidades de estudos relacionados à problemática urbana em função da atividade turística infundada no desenvolvimento sócio-espacial em escala local.

Desta forma, considera-se necessário o aprofundamento dos estudos relacionados à gestão e ao planejamento territorial em municípios com alto potencial turístico, propondo assim alternativas que busquem maior equidade sócio-espacial.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, J. V. *Turismo: Fundamentos e Dimensões*. São Paulo: Ática, 1992.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO FUNDAÇÃO CIDE. Rio de Janeiro, 2003.
- AUGÉ, M. *Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supremodernidade*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BARRETO, M. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- BECKER, B. K. A. *Geografia e o Resgate da Geopolítica*. Revista brasileira de geografia – IBGE, Rio de Janeiro, jan-jun, 1988.
- _____. *Política e Planejamento do Turismo no Brasil*. In: YÁZIGI, Eduardo e outros (org.) “Turismo Espaço, Paisagem e Cultura”. São Paulo: Hucitec, 1996: pg. 181 a 192
- BERRY, B. J. L. *The Economics of Land-Use Intensives in Melbourne*. Austrália: The Geographical Review, v. 64, n.4, p.479-497, 1974.
- BERTONCELLO, R. *Processo de Modernização e Espaço local: o Caso do Município de Angra dos Reis*. R.J. Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 1992.
- CARDOSO, A. L. “Reforma Urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente”. *Cadernos IPPUR*, vol. XI, números 1 e 2, Rio de Janeiro .p. 79-111, 1997.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Trad. de Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COPPE-UFRJ. Diagnóstico para a Ilha Grande com vistas à promoção do turismo inclusivo, 2002.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Gestão do território: Reflexões preliminares*. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ – IBGE, 1988.

DAVIDOVICH, F. *Notas para o estudo de gestão do território*. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ – IBGE, 1988.

DÁVILA, S. & COSSO, R. *Elite brasileira encontra paraíso em Angra dos Reis*. Folha de São Paulo, São Paulo, 1º de fev. 2004. Caderno C, p.8.

GOTTDIENER, M. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1997.

GUANZIKOLI, C. E. *Contribuições à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 1983

IBGE – *Censo Demográfico* – dados Gerais do Brasil e RJ. Rio de Janeiro, 1950, 1950,1960,1970,1980,1991 e 2000.

IBGE – *Contagem populacional*. Rio de Janeiro, 1996.

KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

LEFEBVRE, H. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.

LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. *Economia do Turismo*. Campinas: Papirus, 1996.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, L. O. “Angra dos Reis: Porque olhar para o passado”. In: *Diagnóstico sócio-ambiental do município de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: convênio Furnas-UFRJ, 1995.

PARK, R. E. A. “A cidade: sugestão para investigação do comportamento humano no meio urbano.” In: Velho, G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

QUESADA, J. A. R. *El valor Del suelo urbano: El caso de Costa Rica*. Dissertação de mestrado departamento de geografia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.

SANCHES, J. E. *Geografia Política*. Madrid: Sintesis, 1991.

SANDRONI, P. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Best seller, 1989.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. Coleção Espaços. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988

_____. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOUZA, M. L. *Mudar a Cidade: uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *O Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____ & RODRIGUES, G. B. *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, P.A.V. Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis – RJ 1940-2000. *Revista geo-paisagem* (on line), ano 2, n-3, 2003.

Sternberg In: *Anuário Geográfico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1961.

UEDA, V. & VIGO, M. A. “Recuperação do ambiente natural e urbano da Lagoa dos Patos em benefício do desenvolvimento da atividade turística em Pelotas/RS” In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

VASCONCELOS. P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. *Cidades. Grupo de estudos Urbanos*, vol.1, no 2, Presidente Prudente, p 259-276, Jul a dez de 2004.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à Deus e a todos os irmãos que me acompanham diariamente no plano espiritual.

Ao admirável geógrafo, professor, amigo e orientador, César Ajara a quem devo eterna gratidão.

Às professoras membros da banca examinadora, Adma Hamam de Figueiredo e Nadja Maria Castilho da Costa.

À todos os professores e funcionários da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Aos amigos e companheiros de mestrado da turma 2002, 2003 e 2004.

Aos grandes amigos e ‘irmãos’ Herberth e Osvaldo, por todos momentos vividos durante todo o período de mestrado.

À todos amigos e amigas, em especial à Cristiane Adiala, Peterson, Luciano, Sheila, Henrique, Érika, Fafá e Tia Cristina Sá, pelo apoio e ‘aparato’ dado durante todo o período da construção da dissertação.

Aos meus amados pais, Eliseu e Sueli a quem devo tudo que sou.

À minha avó, irmã, sobrinho, cunhado e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado com palavras de amor, carinho e otimismo.

À minha amada noiva Cristiane Ferle, por tudo que representas para mim.

RESUMO

A dissertação objetiva analisar a segregação sócio-espacial no município de Angra dos Reis tomando por base as estratégias e práticas espaciais dos agentes e atores sociais envolvidos na (re) organização recente daquele espaço geográfico. O estudo privilegia a focalização da atividade turística na região, entendida como vetor estruturante da atual configuração sócio-espacial. Nesse sentido, as contradições e conflitos inerentes ao processo de segregação sócio-espacial são abordadas de forma a articular os conteúdos teórico-conceituais presentes na literatura com as especificidades do espaço físico municipal, em face dos desafios apresentados ao desenvolvimento urbano local. Sendo assim, desenvolveu-se um esquema, que cruzado com as cartas topográficas e mapas do município, contribui na reflexão sobre a organização do espaço municipal a partir da inserção da atividade turística e das características do sítio local.

Palavras Chaves: gestão territorial, territorialidades, segregação sócio-espacial, turismo.

ABSTRACT

The thesis intends to analyse the socio-spatial segregation in Angra dos Reis city, taking basically the strategies and spacial practices of social agents and actors involved in the recently organization of those geografic space. The study privilege the turistic activity focus in that place, understood as the structure vector of actual sócio-spatial configuration. Meaning this, the contradictions and conflits in the process of socio-spatial segregation are aborded in order to articulate the theoric-coceptual contents presents at literature with the specific things of the fisic space of the city, facing the challenges presented at the local urban development. So, created of design, crusade with the topographs letters organizations of space city beginning the insertion of touristic activity and local place characteristics.

Words Keys: territory management, socio-spatial segregation, tourism.

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS:
UM FOCO NO TURISMO**

Dissertação apresentada ao programa de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração em **População Sociedade e Território: teoria e prática de pesquisa interdisciplinar**, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas como requisito para obtenção do título de Mestre.

Aluno: Vitor Stuart Gabriel de Pieri

Orientador: Prof. Dr. Cesar Ajara

Banca examinadora:

Profa. Dra. Adma Hamam de Figueiredo

Profa. Dra. Nadja Maria Castilho da Costa

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2005

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)